

PROGRAMA DE FORMAÇÃO SINDICAL: ORGANIZAÇÃO SINDICAL E DESENVOLVIMENTO LOCAL



MÓDULO I

A LUTA DOS TRABALHADORES NO BRASIL



REDE ESTADUAL DE INFORMAÇÃO DA CUT-SP

PROGRAMA DE FORMAÇÃO SINDICAL: ORGANIZAÇÃO SINDICAL e DESENVOLVIMENTO LOCAL

A Luta dos Trabalhadores no Brasil

MÓDULO 1
Agosto/2007

ESCOLA SINDICAL
SÃO PAULO


Sindicato dos Bancários e Financieiros
de São Paulo, Osasco e Região **CUT**

CUT [®]
BRASIL

ESCOLA SINDICAL SÃO PAULO CONSELHO POLÍTICO

Carlos Tadeu Vilanova

Central Única dos Trabalhadores – CUT São Paulo

Maria Cristina Corral

Sindicato dos Bancários de São Paulo

Hélio da Costa

Escola Sindical São Paulo-CUT

Itamar Jose Rodrigues Sanches

Sindicato dos Petroleiros Unificado de São Paulo

Carlos Ramiro de Castro

APEOESP

Maria Aparecida de Deus Cornacine

SINDSAUDE

Tarcisio Secoli

Sindicato dos Metalúrgicos do ABC

Aparecido Donizete da Silva

Confederação Nacional dos Químicos – CNQ-CUT

André Luis Rodrigues

Sindicato dos Bancários de São Paulo

José Celestino Lourenço

Central Única dos Trabalhadores - CUT Nacional

Edílson de Paula Oliveira

Central Única dos Trabalhadores CUT- São Paulo

Adi Dos Santos Lima

Sindicato dos Metalúrgicos do ABC

Deusdete José das Virgens

Sindicato dos Químicos de São Paulo

Fabio Augusto Lins

Sindicato dos Químicos do ABC

Jose Luiz Zetula

SINERGIA

Leandro Valquer Justino Leite de Oliveira

Sindicato dos Municipais de São Paulo

EQUIPE DE EDUCADORES DO PROGRAMA DE FORMAÇÃO: CUT - ORGANIZAÇÃO SINDICAL E DESENVOLVIMENTO LOCAL

Educadores(as) dirigentes e militantes sindicais:

Ana Lúcia Ramos Pinto
Carlos Tadeu Vilanova
Cilene Almeida Barreto
Deise Capelozza
Delourdes Aparecida Ferreira
Eduardo Teixeira
Francisco de Paula Ferreira
Inês Granada Pedro
Jaime Izidoro
Luciana Geremias
Luiz Cerdas
Márcia Cristina Ceregato
Maria Aparecida de Deus Cornaccini
Mônica Rochedo
Roberto Barros Fouto
Robson Ramalho Franco
Rosângela Briet
Sônia Maria Maciel
Vítor Machado

Educadores(as) assessores

João Carlos Andrade (CUT-SP)

Josenildo Galdino de Melo (Sind.Químicos- ABC)
Luiz Rodrigues (CUT-SP)
Márcia Pinatti (Sinergia-CUT)
Marli Martins de Oliveira(CUT-SP)
Newton Virando Basile (Sindsaúde-SP)

**Educadoras da Escola Sindical
São Paulo-CUT**

Ana Paula Melli
Lenir de Fátima Viscovini
Marluse Castro Maciel

Apoio Pedagógico

Helanne Aparecida Pereira
Maria de Lourdes Inês Oña

Escola Sindical São Paulo – CUT

Rua Dona Brígida, 299
Vila Mariana - São Paulo
CEP: 04111-080
Telefone: (11) 5084.2131
e-mail: escolasp@uol.com.br
Site: escolasp.org.br

COORDENAÇÃO

**Coordenador Geral/Secretário
de Formação CUT-SP**

Carlos Tadeu Vilanova

Coordenador Administrativo

Maria Cristina Corral

Coordenador de Formação

Helio da Costa

Título da Publicação

Programa de Formação
Sindical: Organização Sindical
e Desenvolvimento Local

**Equipe responsável
pela publicação**

Ana Paula Alves Oliveira
Helio da Costa
Lenir de Viscovini

Editor:

Rodrigo Gurgel

Projeto Gráfico/Diagramação:

Virgínia Leite

Impressão:

Bangraf

Índice

Apresentação Geral	9
Introdução	11
Parte I – Aspectos da Formação da Sociedade Brasileira Desigualdade e Exclusão Social: Marca da Formação da Sociedade Brasileira	13
Parte II – AS RAÍZES DO PASSADO NA CULTURA POLÍTICA DA SOCIEDADE BRASILEIRA	23
Parte III – HISTÓRIA DA CLASSE TRABALHADORA NO BRASIL A REVOLUÇÃO INDUSTRIAL E A CLASSE TRABALHADORA	43
LETRAS DE MÚSICAS	74
FILMOGRAFIA	77

APRESENTAÇÃO GERAL

É com alegria que a Rede Estadual de Formação da CUT-São Paulo coloca à disposição dos militantes, assessores e dirigentes da CUT-SP este caderno, que servirá de subsídio ao Primeiro Módulo do Programa 1: CUT - Organização Sindical e Desenvolvimento Local.

Para a CUT-São Paulo, este é um programa estratégico porque atinge dirigentes de todo o Estado de São Paulo; além disso, envolve as subsedes no processo de mobilização e organização da atividade, o que confere uma densidade política fundamental às nossas atividades formativas, proporcionando uma organicidade muito concreta entre a Rede de Formação, as realidades locais e o projeto político-organizativo da Central. Também destacamos a importância do coletivo de educadores militantes, que é responsável pela realização das atividades, sob a coordenação pedagógica da Escola Sindical São Paulo-CUT. Muito do sucesso do Programa 1 deve-se à grande dedicação dos educadores militantes, sem a qual não teríamos como realizá-lo, tanto do ponto de vista quantitativo, como no aspecto qualitativo.

Finalmente, gostaríamos de ressaltar o papel fundamental do Plano de Auto-sustentação, que, através da contribuição solidária de vários sindicatos, está permitindo a viabilidade deste programa de formação tão importante para a CUT-SP. Também nossos agradecimentos especiais ao Sindicato dos Bancários de São Paulo, Osasco e Região, que viabilizou esta publicação.

Saudações Cutistas,

CARLOS TADEU VILANOVA

Secretário de Formação da CUT-SP

Coordenador-Geral da Escola Sindical São Paulo-CUT

INTRODUÇÃO

O caderno A Luta dos Trabalhadores no Brasil, tem como objetivo subsidiar o primeiro módulo do Programa de Formação Sindical: CUT – organização sindical e desenvolvimento local. Desta forma, os participantes do curso terão, graças a esta publicação, todos os textos que serão desenvolvidos durante a atividade formativa.

A publicação esta organizada em três partes. A primeira, aborda aspectos da formação da sociedade brasileira, com o objetivo de resgatar historicamente as raízes das práticas e valores que permanecem em nossa sociedade e são reproduzidas no nosso cotidiano. Nosso esforço caminha no sentido de procurar compreender nossa marca mais evidente, a desigualdade social – sempre numa perspectiva crítica. Ao fazê-lo, analisamos como ela foi se configurando concretamente em nossa sociedade e como, ao mesmo tempo, essa desigualdade foi sendo incorporada por parcelas da população como algo natural no discurso e na prática cotidiana. A análise crítica da nossa realidade é um passo fundamental para transformá-la.

A segunda parte, dedicada às raízes do passado na cultura política brasileira, procura analisar nossa cultura política, fortemente marcada pelo autoritarismo presente nos locais de trabalho, nas instituições, nas relações onde existe hierarquia, na privatização do espaço público, nas diferentes formas de linguagem e comportamento. Também procuramos registrar as lutas de resistência do povo brasileiro contra a opressão e a exploração que marcaram nossa história política.

A terceira parte, História da Classe Trabalhadora no Brasil, resgata a formação da classe trabalhadora enfocando suas lutas e reivindicações mais remotas, ainda no período em que persistia a escravidão, até o golpe militar de 1964, que interrompeu um ciclo de grandes mobilizações operárias e populares no campo e na cidade.

Procurou-se, de forma didática, construir as pontes para o diálogo entre os problemas estruturais da sociedade brasileira e os desafios do mundo do trabalho e do movimento sindical. Esperamos que a presente publicação, fruto de um esforço conjunto de todos as agentes da Rede de Formação da CUT-SP, seja mais uma ferramenta a serviço da formação dos dirigentes cutistas e contribua para o avanço das lutas dos trabalhadores no Estado de São Paulo.

Saudações Cutistas e boa leitura!

Os autores



ASPECTOS DA FORMAÇÃO DA SOCIEDADE BRASILEIRA

DESIGUALDADE E EXCLUSÃO SOCIAL: MARCA DA FORMAÇÃO DA SOCIEDADE BRASILEIRA

A todo momento, ouvimos, em diversos espaços, sejam privados, sejam públicos, pessoas afirmarem que a sociedade brasileira é muito desigual, sendo que alguns vão além e afirmam que ela é excludente. Mas, de fato, poucos são aqueles que param para analisar o porquê disso existir. Muitos (no campo progressista) poderiam afirmar ser ela desigual porque vivemos numa sociedade capitalista; o que, obviamente, não estaria errado, já que toda sociedade regida pelo modo de produção capitalista gera em si as desigualdades entre os grupos/classes. No entanto, sem desconsiderar esse traço que nos coloca como um país capitalista, pretendemos neste texto refletir sobre quais os elementos que caracterizam a formação do Brasil e quais as relações sociais, políticas, econômicas e culturais que marcam nossa sociedade. Temos uma história que passa por vários períodos e que vai consolidando a forma de ser da sociedade brasileira. É o que podemos chamar de raízes ou heranças da construção do país, que se firmam no jeito de ser da sociedade, raízes e heranças que parecemos ter grande dificuldade de superar, uma vez que se consolidam como cultura política ou tradição cultural dominante.

Pensemos no seguinte, e comecemos por esse ponto: são diversos os problemas sociais, econômicos e políticos que hoje fazem parte da vida do povo (trabalhador) brasileiro. Podemos enumerar muitos desses problemas, como, por exemplo: a miséria e a fome, a violência, o preconceito e a discriminação social e cultural. Para falarmos apenas de alguns desses problemas, devemos

considerar que: milhões de brasileiros vivem na mais profunda miséria; a violência urbana assola as grandes metrópoles do país; e, na zona rural, o conflito entre sem terras e latifundiários se faz presente produzindo verdadeiros massacres de trabalhadores rurais. A educação de qualidade é privilégio de poucos, o analfabetismo atinge índices constrangedores em pleno século XXI; as injustiças sociais e econômicas são enormes, o que configura um cenário de apartheid social. Além desses problemas, podemos também lembrar da imensa distância existente entre o espaço público e a vida do sujeito comum, que pouco ou nada participa da vida política do seu bairro, da sua cidade, do seu país. A menção aos ideais de cidadania resume-se ao cumprimento das obrigações e dos deveres cívicos, como o voto, por exemplo, desconsiderando-se a necessidade da participação ativa junto ao poder público, que, centralizado em gabinetes, continua a fazer questão de manter essa distância, cujas origens se encontram na forma como nos constituímos enquanto povo/país.

Indique, de acordo com o seu olhar, alguns problemas da sociedade brasileira na atualidade e, pensando nos fatos históricos, aponte quais são as causas desses problemas.

Todos esses e outros tantos problemas da sociedade brasileira não devem ser considerados como problemas conjunturais, que dizem respeito apenas aos dias de hoje ou aos últimos tempos. Todas

as deficiências sociais e econômicas que marcam a sociedade em que vivemos são frutos da formação da sociedade brasileira, que funda uma dada cultura política. Mas, como se deu mesmo essa formação?

O COLONIALISMO: O INÍCIO DE TUDO

“Para os que chegavam, o mundo em que entravam era a arena dos seus ganhos, em ouro e glórias. Para os índios que ali estavam, nus na praia, o mundo era um luxo de se viver. Este foi o efeito do encontro fatal que ali se dera. Ao longo das praias brasileiras de 1500, se defrontaram, pasmos de se verem uns aos outros tal qual eram, a selvageria e a civilização. Suas concepções, não só diferentes mas opostas, do mundo, da vida, da morte, do amor, se chocaram cruamente. Os navegantes, barbudos, hirsutos, fedentos, escalavrados de feridas do escorbuto, olhavam o que parecia ser a inocência e a beleza encarnadas. Os índios, esplêndidos de vigor e de beleza, viam, ainda mais pasmos, aqueles seres que saíam do mar”

Darcy Ribeiro
(O povo brasileiro)

Para entender o presente e pensar o futuro é imprescindível compreender o passado. Assim, vemos que as mazelas de hoje dizem respeito ao que foi plantado lá atrás, que deixa marcas profundas e funda uma tradição cultural dominante. Esses traços do que é uma tradição dominante entre nós, não são apenas originados da questão econômica, pois tão determinante quanto essa é a dinâmica cultural e política que se instala na formação de uma sociedade. Assim, econômica e culturalmente, ao ser descoberto, o Brasil começa a se constituir enquanto sociedade que vai se caracterizar por diversos fatores. Dentre eles, destacaremos aqui alguns que permeiam a economia, a política e a cultura:

Como colônia de Portugal, e mais tarde dependente dos países do “primeiro mundo”, o Brasil se desenvolve e como “coadjuvante” do capitalismo central europeu, inaugura um capitalismo tardio ou periférico; essa relação de dependência que surge desde a descoberta vai permear a vida do país. Dependência e pobreza são, pois, duas faces da mesma moeda: a situação periférica dentro do

sistema capitalista. Lembremos que, no passado colonial, nós éramos ricos, nenhum país europeu ou americano tinha as riquezas que havia aqui; ninguém tinha, por exemplo, uma cidade como Ouro Preto em Minas Gerais, riquíssima em metais preciosos. No entanto, a relação que se estabelece no Brasil, ao sermos descobertos pelos portugueses, é a de exploração: toda riqueza produzida por meio do trabalho na colônia brasileira é remetida aos europeus portugueses (a metrópole). Nesse sentido, de nada valia internamente nossa riqueza, mas valia muito para o mercado mundial.

Os países europeus viviam, nesse momento (séculos XV e XVI), a expansão dos seus mercados (mercantilismo), queriam conquistar novas terras, a fim de adquirir produtos primários para a manufatura, além, é claro, da busca pelos metais preciosos. Isso, porque assim determinavam os interesses da burguesia mercantil metropolitana (portuguesa). Predominava no sistema colonial uma estrutura produtiva pouco diferenciada: a periferia (colônia) subordinada ao centro (metrópole), ou

seja, uma economia dependente. A economia colonial organiza-se, pois, para cumprir uma função: a de instrumento de acumulação primitiva de capital (Mello, 1989, p. 39). Essa economia colonial deveria: estabelecer mecanismos capazes de ajustar a exploração e que permitissem a geração de um excedente de tudo que era produzido, possível de se transformar em lucro ao ser comercializado com o mercado internacional; criar mercados coloniais à produção da metrópole; e permitir que todo o lucro gerado na colônia fosse apropriado pela burguesia metropolitana.

Para conseguir esses objetivos, a economia colonial estabelece relações sociais básicas fun-

dadas no trabalho compulsório, servil ou escravo. Por que não trabalho assalariado? Ora, o que movia a empresa colonial era o lucro, a idéia era rebaixar o custo de reprodução da força de trabalho; havendo enorme quantidade de terras apropriáveis, os colonos contariam com a possibilidade de produzirem a sua própria subsistência. Obter produção mercantil em larga escala exigiria assalariar a força de trabalho existente, o que, por outro lado, exigiria salários altos para compensar a alternativa da auto-subsistência dos colonos. Dessa forma, o trabalho compulsório/escravo era muito mais rentável que o trabalho assalariado.

A EXPLORAÇÃO DO TRABALHO E DA VIDA DO ÍNDIO E DO NEGRO: A EXCLUSÃO COMO PRÁTICA

A exploração do trabalho, primeiramente é realizada sobre os índios que, catequizados pela Igreja em nome de Deus e do Rei, são, ao longo do tempo, dizimados pelas inúmeras doenças e pelo extermínio

ao resistir à cultura imposta pelo branco colonizador. Para os índios brasileiros, a vida era uma tranqüila fruição da existência, num mundo generoso numa sociedade solidária; como diz Ribeiro, (1995, p. 47)

“uma mulher tecia uma rede ou traçava um cesto com a perfeição de que era capaz, pelo gosto de expressar-se em sua obra, como um fruto maduro de sua ingente vontade de beleza; jovens, adornados de plumas (...) engalfinhavam-se em lutas desportivas de corpo a corpo, em que punham a energia de batalhas na guerra para viver seu vigor e sua alegria”.

Já, para os recém-chegados portugueses, muito ao contrário, a vida era uma tarefa, uma obrigação voltada para o trabalho subordinado ao lucro. Frente à invasão européia, os índios defenderam até o limite do possível o seu modo de vida, sobretudo depois de perderem as ilusões dos primeiros contatos pacíficos com os brancos. Plenos de consciência, perceberam que a submissão ao invasor representava a sua própria desumanização. Do choque desse contato se deu uma guerra na qual europeus detinham armas e canhões contra indígenas que se defendiam com tacapes, arcos e flechas, o que

mostra a profunda resistência da população brasileira indígena à subjugação comandada pelo branco colonizador. Com a política indigenista lusitana, queriam os portugueses escravizar os índios, o que acabou ocorrendo apesar de toda a resistência; como dissemos, fazia parte da própria empresa colonial o trabalho escravo, e assim se deu. Desse contato triunfaram os europeus, ao incorporar a força de trabalho do índio às suas necessidades. Por meio do contato com as índias, engendraram uma vasta prole mestiça, que iria resultar na consolidação da gente dessa terra: nós, os brasileiros.

Podemos dizer que os primeiros excluídos, nessa relação desigual entre europeu e índio (povo brasileiro), surgiram de um somatório de violência, intolerância, muita prepotência e profunda ganância; pouco depois, aconteceu o mesmo com os negros. Esse empreendimento colonizador inicial levou ao massacre de milhões de índios; não havia nesse projeto de colonização do Brasil nenhum, absolutamente nenhum, ideal humanitário.

A escravidão indígena predominou desde o descobrimento. E, a partir do século XVII, a escravidão negra passa a imperar. Não que já não existisse. Desde que o Brasil foi descoberto até os últimos anos do século XIX, portanto quatro séculos, quase tudo que se produziu no país era feito por trabalhadores negros africanos comprados pelos proprietários de terras. Daí resulta também um novo processo de miscigenação, fruto da relação entre os senhores da casa-grande (brancos europeus) e as mulheres negras da senzala, consolidando nesse contato outra mistura da qual resulta o povo brasileiro. Em várias regiões do país, índios e negros trabalharam lado a lado como escravos em engenhos de açúcar, fazendas de café, minas, etc.

Dessa relação surge também uma nova miscigenação, agora entre o índio e o negro, consolidando também as pessoas de nossa terra. Dessa forma, o povo brasileiro se constituiu por meio dessa mistura: índio, branco europeu e negro africano. Contudo, é importante lembrar que, essa miscigenação que nos caracteriza enquanto povo brasileiro se deu por meio da dominação do branco europeu sobre as demais etnias.¹

Necessitando de mão-de-obra, a empresa colonial passa a investir intensamente no trabalho escravo do negro africano. Os negros vinham da África por meio dos chamados navios negreiros, a fim de trabalhar arduamente debaixo da chibata. Por meio de seu trabalho escravo, o negro produzia a riqueza do país e dela não recebia absolutamente nada. Sem direito algum, os negros eram submetidos ao trabalho forçado e aos maus tratos dos proprietários de terra; tratados como uma mercadoria, sofrendo todo tipo de abuso, em meio aos castigos intermináveis e cruéis.

Como afirma Ribeiro (1995, p. 120), nenhum povo que passasse por essa rotina de vida, através de séculos, poderia sair dela sem as marcas deixadas por essa experiência vivida. Diz o autor:

“Todos nós brasileiros somos carne da carne daqueles negros e índios supliciados. Todos nós brasileiros somos, por igual, a mão possessa que os supliciou. A doçura mais terna e a crueldade mais atroz aqui se conjugaram para fazer de nós a gente sentida e sofrida que somos e a gente insensível e brutal, que também somos. [...] A mais terrível de nossas heranças é esta de levar sempre conosco a cicatriz de torturador impressa na alma e pronta a explodir na brutalidade racista e classista”.

A PERSISTÊNCIA DA EXCLUSÃO

Com o processo de abolição da escravidão, que ocorreu devido a diversos fatores, os negros ficaram livres do poder patriarcal do senhor

do engenho; mas, sem alternativas de trabalho ou de inclusão social, foram apartados da sociedade. Por razões econômicas, a elite domi-

¹ Pesquisas atuais apontam que o acesso do negro à educação é ainda hoje muito restrito, quando comparado ao branco, bem como, sua inserção no mercado de trabalho é, em regra, voltada a ocupação dos cargos menos qualificados, com menor remuneração, o que evidencia a falta de igualdade de oportunidade, o preconceito e a discriminação, ainda fortemente presentes na sociedade brasileira.

beiro (1995), que os africanos mergulharam tão profundamente e de maneira tão inventiva na construção do Brasil que deixaram de ser eles, para se fazerem nós, os brasileiros.

Num processo de mestiçagem, diante da brutalidade sofrida pelos escravos, é preciso ser muito forte para impor seus valores, sobretudo quando se é dominado por outro grupo social. Por meio do trabalho e de sua cultura, os negros, mesmo com toda exclusão, se impuseram e continuam se impondo na sociedade, apesar das inúmeras e profundas dificuldades para o acesso aos bens culturais.

Hoje podemos pensar na capacidade criativa do negro nas grandes periferias, por meio, por exemplo, do rap, da mesma forma que o samba e o carnaval, bem como na produção cultural negra nos sertões nordestinos que desde sempre foi muito intensa. Não podemos, no entanto, esquecer que, em muitos momentos de nossa história, as diversas manifestações da produção cultural negra foi incorporada e utilizada pelas forças dominantes como forma de justificar a idéia de que há no Brasil democracia racial e unidade/harmonia entre as classes e etnias.

Vemos, então, que a sociedade brasileira foi se constituindo permeada pela desigualdade e pela exclusão, primeiro do índio, depois do negro. Com a abolição da escravidão, os imigrantes, que vêm para vender sua força de trabalho, sofrerão todo tipo de exploração, uma vez que a camada senhorial brasileira, a classe dominante, acostumada no trato com os escravos, não muda suas formas de relacionamento com esse novo tipo de trabalhador. A regulamentação do trabalho praticamente não existia, o que havia era uma política repressiva à “vadiagem” e à “rebeldia”; como era a relação de trabalho estabelecida com os escravos. Tanto a organização da empresa agrícola como a do Estado, não estavam prepara-

das para o trabalho livre. Segundo Maranhão (1989, p.77), “entendia-se a atividade produtiva no Brasil apenas como resultado da coerção e do controle, preocupando-se, portanto, proprietários e Estado, em desenvolver novos meios de manipulação e contenção daquela força de trabalho formada pelo imigrante europeu.”

Essas práticas nas relações sociais e de trabalho no Brasil se fazem presentes na atualidade, pois não são poucos os locais de trabalho nos quais os trabalhadores não têm seus direitos garantidos, onde impera a coerção por parte dos proprietários. As relações de trabalho no decorrer do processo histórico, seja na economia agroexportadora, seja na indústria, vão reproduzir e reafirmar essa raiz firmada no mando e na obediência, alimentando a tradição cultural dominante, na qual os direitos não se consolidam. A construção da cidadania democrática e republicana, como elemento fundamental do processo de desenvolvimento econômico, político e social do país, não se realiza devido a mais continuidades que rupturas com o passado colonial e escravocrata. Isso não quer dizer que a história tenha sido feita sem as lutas e resistências dos trabalhadores (índios, negros, imigrantes). Por meio da ação política das camadas populares, no decorrer da história fomos conquistando alguns avanços no campo dos direitos. São inúmeras as manifestações e lutas realizadas pelos trabalhadores (ver neste trabalho o item “Estratégias de participação popular”). Devemos entender que, no plano da cultura e da política, há sempre por parte das classes populares um misto de “conformismo e resistência”, formas vivas de manifestações das camadas populares. Como enfatiza Chauí (1986, p. 25), a cultura popular deve ser vista não como totalidade que se põe antagônica a cultura dominante,

“mas, como um conjunto de práticas, representações e formas de consciência que possuem lógica própria (o jogo interno do conformismo, do inconformismo e da resistência), distinguindo-se da cultura dominante exatamente por essa lógica de práticas, representações e formas de consciência”.

Até aqui, abordamos as questões, digamos, mais político-econômicas da formação da sociedade brasileira. Passemos agora para os aspectos político-culturais, ainda que essa separação seja mais didática do que real, uma vez que esses elementos estão profundamente ligados entre si.

Conforme estamos aqui afirmando, podemos dizer que as heranças deixadas pelo processo de colonização brasileiro marcaram profundamente a sociedade brasileira e permaneceram na prática política e cultural do país. Os problemas que vivenciamos na atualidade dizem respeito a essa herança econômica, política e cultural que funda uma sociedade na qual impera o que Chauí chamou de “mito fundador” da sociedade brasileira (2000). Segundo a autora, o Brasil foi instituído como colônia de Portugal e inventado como “terra abençoada”. Esse mito da terra abençoada serviu e serve aos interesses daqueles que mandam e sempre mandaram no país, as classes dominantes. Tal idéia sustenta afirmações de que os índios são ignorantes, os negros são indolentes, os nordestinos são atrasados, os portugueses burros, as mulheres são naturalmente in-

feriores, mas, ao mesmo tempo, afirmações de que há um orgulho de ser brasileiro porque somos um povo sem preconceitos, nascido da mistura de raças. As formas de relações sociais instituídas ao mesmo tempo em que tentam descaracterizar o outro (o diferente) enaltece a terra, o país. Muitos podem se colocar como indignados com a existência da fome, de crianças de rua, com as chacinas na cidade e no campo, mas, simultaneamente, afirmar que se orgulham de ser brasileiros porque somos um povo pacífico, ordeiro, não violento e em busca de “harmonia”.(Chauí, 2000)

Essa representação social, construída desde o descobrimento, permite que a sociedade tolere e aceite como um fato normal a existência de milhões de pessoas abaixo da linha da pobreza, crianças sem infância e chacinas em vários locais do país, e ainda assim tenha de si mesma uma imagem positiva, afinal de contas, “somos brasileiros e não desistimos nunca”. As raízes desse “mito fundador” do Brasil foram fincadas em 1500 e, desde então, renovadas. Foi assim com a consolidação do Estado/nação e da república e permanece na atualidade.

PARA SABER MAIS:

RIBEIRO, Darcy. O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

MELLO, João Manuel Cardoso de. O capitalismo tardio. São Paulo: Brasiliense, 1991.

CHAUÍ, Marilena. Conformismo e resistência. São Paulo: Brasiliense, 1993

CHAUÍ, Marilena. Brasil, Mito Fundador e Sociedade Autoritária. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.

LEAL, Vitor Nunes. Coronelismo, enxada e voto. São Paulo: Alfa-Ômega, 1975.

MARANHÃO, Ricardo. (org.). Brasil história, texto e consulta (República). São Paulo: Hucitec, 1989.



AS RAÍZES DO PASSADO NA CULTURA POLÍTICA DA SOCIEDADE BRASILEIRA

“Minha terra tem palmeiras onde sopra o vento forte
Da fome com medo muito principalmente da morte
Aqui é o fim do mundo”

Gilberto Gil e Torquato Neto

Como vimos desde o descobri-
mento, a riqueza produzida no Bra-
sil nunca serviu ao seu povo, às ca-
madas populares, pois ela só existiu
para o mercado mundial. Foi para
atender ao mercado mundial capita-
lista que a carnificina se fez presente
desde o início da descoberta, como
um moinho de matar gente; moendo
milhões de índios e depois milhões
de negros. Esse foi o projeto da classe
dominante no Brasil. E vejamos que,
mais uma vez insistimos, a desigual-
dade e a exclusão de ontem se fazem
presentes hoje nas grandes periferias
das cidades e nos sertões do país.

No âmbito da sociedade esca-
vocrata, os homens livres e pobres,
sujeitos ao favor dos senhores pro-
prietários de terras e de engenhos,
viviam à sombra de suas dádivas.
Essa cultura política que se criou,
sobreviveu ao domínio privado das
fazendas e engenhos coloniais, so-
breviveu à abolição da escravatu-
ra, expressou-se no compromisso
coronelista (nascido com a repú-
blica) e chegou até os dias atuais.

Conforme vimos também, a

sociedade brasileira nasce centrada
em relações sociais profundamente
desiguais, nas quais o outro não se
constitui como sujeito, nem mes-
mo como sujeito de direito. Foi as-
sim com o índio, com o negro, com
o imigrante, e continua sendo com
as camadas populares da sociedade
brasileira atual, que, não por acaso, é,
em sua imensa maioria, composta de
descendentes dos negros da senzala
e dos índios massacrados. Conser-
vando as marcas da sociedade colo-
nial escravista ou da cultura senho-
rial, a sociedade brasileira reproduz
a herança recebida; nela, a relação
é entre um senhor ou superior, que
manda, e um inferior, que obedece;
um país onde “ou bem se manda, ou
bem se pede” (Sales, 1994, p.27). Essa
cultura política do mando e da obe-
diência, que beira à subserviência,
substitui, em nossa república, os di-
reitos básicos da cidadania, que não
foram concedidos pelo liberalismo
que aqui apareceu no final do século
passado (com o advento da república)
e que, apesar de algumas conquistas,
até hoje não se constituíram no país.

*Quais fatos podemos destacar que mostram essa relação entre senhor e escravo
ou de mando/obediência (nas relações de trabalho, de gênero, raça, etc)?*

MANDO/OBEDIÊNCIA

FATOS NA SOCIEDADE

MANDO/OBEDIÊNCIA

FATOS NA SOCIEDADE

As diferenças existentes em qualquer sociedade são transformadas, entre nós, numa profunda desigualdade, reforçando as relações de mando/obediência. Persiste uma cultura política na qual as relações entre os que se definem como iguais são de compadrio, de parentesco, ou de cumplicidade. E entre os que são vistos e tidos como desiguais (inferiores), a relação social passa a ser a do favor, do clientelismo, da tutela. Aqueles que mandam, mantêm os demais sob sua batuta, ao realizar favores para esses que nada têm. Ao invés da busca pelo direito, a busca é para que o pedido de algo seja atendido por quem de fato manda na casa, na cidade, no país, como se isso fosse profundamente natural, como se houvesse necessidade da existência de um grande poder patriarcal. Não esqueçamos também que, quando essa desigualdade é muito acentuada, e principalmente quando o outro lado resiste, a relação social pode tomar a forma da opressão, da tortura física e psíquica;

tudo em nome da segurança e do bem-estar de todos e do país. As divisões de classe, de gênero, de raça são escamoteadas pela idéia (mito) da nação de um só povo, una, não dividida. Quando, na verdade, somos uma sociedade que se fez e que ainda se faz com relações sociais autoritárias, paternalistas e clientelistas.

As relações que prevalecem em nossa sociedade não são aquelas públicas, fundadas nos direitos conquistados, mas, sim, relações privadas (herança do mando e da obediência coloniais), o que dificulta a luta por conquistas sociais e econômicas. O espaço público é sempre tomado pelos grupos que detêm o poder, restando aos demais ou pagar pelos serviços (privatizados) ou ser excluído, pelo fato de não ter recursos. Para os que mandam, a lei é sempre privilégio; para os que obedecem, as camadas populares, a lei é repressão (Chauí, 2000, p. 90). Para compreender isso, basta pensarmos nas pesquisas que mostram quem é a população carcerária do Brasil na

atualidade: negros, pobres, jovens, semi-analfabetos ou analfabetos. A lei é severa com aqueles que não podem pagar para fugir do cárcere. No Brasil, as cadeias separam os presos pelo grau de instrução, o que é uma clara evidência de como a desigualdade foi transformada em algo natural.

Há também, em nossa sociedade, uma indistinção entre o público e o privado. Persiste entre nós, fruto da herança histórica da colônia, o domínio do privado sobre aquilo que é público. Vejamos que a terra brasileira, conquistada pelo rei de Portugal, foi doada, na forma de capitâneas hereditárias, a particulares que, com o auxílio da burocracia de Portugal, administravam, no Brasil, seus interesses particulares e também os da Coroa portuguesa. Essa relação tão comum em nossa sociedade é a forma de realização da política e de organização do Estado, na qual os governantes são verdadeiros

“donos do poder” e, nessa posição, mantêm relações pessoais de mando, de favor e de tutela com os demais sujeitos que compõem a sociedade. Levando-se em consideração os direitos dos sujeitos, ou seja, dos indivíduos, há um encolhimento do espaço público em detrimento dos interesses econômicos privados (Cf. Chauí, 2000, p. 91).

Devemos considerar que todo tipo de tutela, proteção, favor e mandonismo (fatores esses, reafirmamos, cujas raízes remontam ao nosso passado colonial e ao coronelismo republicano) vem ocupar, entre nós, o lugar de direitos civis inexistentes. Isso implica em admitir que as relações sociais no Brasil ainda se estruturam, na maioria das vezes, sem a mediação dos direitos, de tal modo que continuam a ser regidas sem limites pelo poder privado, sempre entre o favor e a violência, na recusa do reconhecimento do outro como sujeito portador de direitos sociais.

Vimos até aqui como acontecem as relações sociais entre o público e o privado em nossa sociedade, ou seja, como há uma privatização do espaço público. Reflitamos então sobre como o poder privado define as relações de trabalho, a vida na cidade e no país.

Sob o manto da cultura do Brasil Colônia, as divisões sociais tornam-se naturais e se consolidam na forma de desigualdades concebidas enquanto inferioridade natural de alguns grupos ou pessoas, como, por exemplo, no caso dos trabalhadores pobres, das mulheres, dos negros, dos índios. As diferenças – como as de gênero, étnicas e sexuais (homossexuais) –, importantes em qualquer sociedade, não são respeitadas, permitindo, de maneira explícita toda forma de violência. Violência essa que, na maioria das vezes, sequer, é percebida pela sociedade como algo brutal. Dessa forma, as diferenças se transformam em desigualdades.

Podemos dizer, portanto, que

em nossa sociedade ocorre uma “naturalização” dos fenômenos sociais, como se eles não fossem criados ou produzidos pelo homem, ou seja, como se não fossem uma produção cultural. Dizer que alguma coisa é natural, significa dizer que isso existe independentemente da ação e intenção dos seres humanos. Vejamos que, em nossa sociedade, a pobreza/miséria é tratada como algo natural por muitas pessoas – “É assim mesmo desde que o mundo é mundo” ou “Deus quis assim”, são frases ou pensamentos comuns –, como se ela (pobreza) não fosse uma criação dos próprios homens, que, sob determinadas relações sociais e econômicas, promovem a desigualdade social.

Que tipo de preconceito e discriminação social e cultural, fortemente construídos em nossa sociedade, poderíamos citar? Por que as diferenças (de gênero, étnicas, etc.) se transformam, na sociedade brasileira, em desigualdades?

Vemos então, a partir dessa reflexão, que os problemas que enfrentamos atualmente no país não são problemas de conjuntura, mas têm raízes no passado colonial, são problemas estruturais, que dizem respeito à forma como se consolidou o Estado e a república brasileira. São essas raízes históricas que mostram como se constituiu a sociedade brasileira, que evidenciam como os elementos econômicos, políticos e culturais inaugurados no passado mantêm intactas as relações sociais estabelecidas na atualidade. Ou seja, o país, em termos econômicos, continua dependente da economia externa; em termos políticos e culturais, continua alimentando a cultura política de práticas baseadas no mando, no favor, no clientelismo, nas quais o privado prevalece sobre o público; e, como resultado desse processo, continua promovendo toda espécie de desigualdade econômica e social,

excluindo aqueles que constroem o país, ou seja, as camadas populares.

Os problemas que apontamos no início deste texto são parte desse todo, dessa engrenagem montada no passado e que persiste até hoje. Os excluídos de hoje continuam sendo aqueles que não tiveram acesso aos recursos econômicos, educacionais e sociais. São os negros nas periferias, as crianças sem infância, os sem-terra no campo, os sem-teto na cidade, os explorados na relação entre capital e trabalho. A senzala de hoje fica um pouco mais distante da casa-grande, uma vez que as periferias das grandes cidades estão afastadas dos centros. Mas a violência urbana, por exemplo, insiste em mostrar a proximidade desses mundos e a necessidade de rever o tamanho das desigualdades sociais e de toda a exclusão produzida no país, herança de um passado perverso que as classes dominantes insistem em reviver, em nome de suas garantias econômicas e políticas.

PARA SABER MAIS

CHAUÍ, Marilena. Brasil, mito fundador e sociedade autoritária. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.

FAORO, Raymundo. Os donos do poder. Rio de Janeiro, Editora Globo, 1989.

SALES, Teresa. Raízes da desigualdade social na cultura política brasileira. Revista Brasileira de Ciências Sociais (RBCS), 1994.

INDICAÇÃO DE ROMANCES/LITERATURA

- São Bernardo. Graciliano Ramos
- Os sertões. Euclides da Cunha.

campanha pelas "Diretas Já" causou um enorme sentimento de frustração na sociedade brasileira, porém, essa frustração reforçou a convicção, de parte da sociedade civil, de que era fundamental a continuidade do processo de mobilização e organização, para que a democracia pudesse incorporar suas demandas. Além disso, era fundamental que os movimentos sociais reforçassem suas organizações (partidos, sindicatos, associações), a fim de que pudessem disputar e hegemonia na sociedade, na perspectiva de construção de uma alternativa real de poder frente aos setores conservadores.

No final da década de 1980, tivemos um importante acontecimento no Brasil, que foi a Constituição de 1988. Esse fato marca uma nova fase para a participação popular (sociedade civil), que passa a exprimir suas demandas sociais e a se organizar em torno de temas importantes para a vida de qualquer cidadão (como saúde pública, educação pública, espaços de participação institucionais, etc).

Mas, para chegarmos às conquistas dessa Constituição, tivemos

muitas histórias de luta e de enfrentamento com os governantes (representados pelos que sempre dominaram o poder político em nosso país e tinham interesses em manter desigual a sociedade brasileira). Vamos voltar um pouco no tempo e resgatar algumas lutas do povo brasileiro, em determinados momentos da conjuntura política.

Quais foram as mudanças que aconteceram no Brasil desde que a família real portuguesa veio para cá (em 1808), quando o Brasil ainda era uma das colônias de Portugal?

Na verdade, foram muitas as mudanças que aconteceram, vejamos algumas:

■ O Brasil deixou de ser colônia de Portugal e se tornou um país independente (a data oficial dessa mudança foi marcada em 7 de setembro de 1822).

■ Fim da escravidão (que tem a data oficial marcada em 13 de maio de 1888).

■ O Brasil deixa de ser um Império e passa a ser uma República (data oficial 15 de novembro de 1889).

INDEPENDÊNCIA DO BRASIL

A independência do Brasil em relação à dominação de Portugal significou mudanças para a chamada aristocracia rural, formada por proprietários de escravos e defensores da monocultura do café para a exportação, e que era a grande dona das terras brasileiras.

Podemos dizer que nessa época (1822 a 1889) havia basicamente três grupos de interesses entre os aristocratas rurais: os da região sudeste (que plantavam o café); os do nordeste (que plantavam cana-de-açúcar e algodão) e os do sul do país (que criavam gado). O debate estabelecido entre os grupos era em relação

aos impostos que tinham que pagar para Portugal e como iriam se sobrepor um em relação ao outro.

Mas nenhum desses grupos colocou em questão a necessidade do fim da escravidão. Pelo contrário, queriam manter o sistema escravista como modo de produção. Além disso, o tráfico de escravos se mostrava ainda extremamente rentável para os traficantes. A manutenção estava associada à permanência da economia baseada na monocultura, que exigia grandes extensões de terras concentradas, com poucos proprietários.

Esse momento de ruptura política, a Independência, teve então

a participação dos interesses desses grupos dominantes, e o projeto de Nação que foi construído estava limitado também aos interesses desses grupos. Não havia nenhuma intenção de mudar as relações sociais, o sistema de trabalho ou o modo de produção. A primeira opção da elite não era romper politicamente com Portugal, inclusive mantendo um parlamento único, com representantes do Brasil e de Portugal, mas queriam apenas autonomia financeira. A segunda opção era o rompimento com Portugal e a manutenção do regime monárquico; e a terceira e última, seria o rompimento político com Portugal e a instauração de um regime republicano.

Como sabemos, a segunda opção foi a escolhida pela elite. Foi a

atitude dos representantes da corte, buscando restabelecer a condição colonial, que fez pender a balança para a separação e a única opção da elite vinculada aos interesses da colônia foi proclamar a independência. Porém, a fizeram da forma a mais branda possível, por meio de negociações políticas, e não de uma guerra declarada, que pudesse envolver as camadas populares. Optou-se, assim, pela monarquia e por d. Pedro I.

Proclamar a república era tido como um gesto muito ousado pela nossa elite, pois havia um temor quase indisfarçável de que a república levasse à fragmentação do país e à guerra racial, levando-se em conta que a escravidão era a base da economia e que os escravos compunham quase um terço da população.

PARA SABER MAIS

COSTA, Emília Viotti da Costa. Da monarquia à república – momentos decisivos. São Paulo, Editora Livraria Ciências Humanas Ltda, 1979.

CARVALHO, JOSÉ Murilo de. Pontos e bordados – escritos de história e política. Belo Horizonte, Editora UFMG, 1999.

ABOLIÇÃO DA ESCRAVIDÃO

Outro momento de ruptura política, ainda no século XIX, foi o fim da escravidão como forma de exploração do trabalho. Já em 1850, quando uma lei proibiu trazer os escravos africanos para o Brasil (e quem fiscalizava era a Inglaterra, que afundava os navios negreiros, causando grande prejuízo financeiro aos traficantes de escravos, financiados pelos aristocratas rurais de que falamos acima).

Para os ingleses, interessava muito acabar com a mão-de-obra escrava e implementar o trabalho assalariado. Depois de terem por um longo tempo acumulado capital com o tráfico de escravos, nos séculos XVII e XVIII, os ingleses pressionavam o governo brasileiro para acabar com a escravidão, a fim de que houvesse mercado para aquisição de seus produtos manufaturados.

O que o famoso ditado popular “Para inglês ver” a ver com essa época?

Temos então uma pressão externa (da Inglaterra) no sentido de se acabar com a escravidão no Brasil, o que representaria um forte abalo financeiro para a aristocracia rural, que tinha na mercadoria “escravos” sua principal riqueza, já que, nessa época, as terras não tinham valor financeiro. Além do próprio interesse dos traficantes de escravos, que obtinham altíssimos lucros como esse tipo de “negócio”.

Mas, também em 1850, outra lei foi promulgada, a chamada “Lei de Terras”. A partir dessa lei, a terra se transforma em propriedade imobiliária, ou seja, poderia ser comprada e vendida; e somente por meio da compra alguém poderia tornar-se proprietário de terras, o que inviabilizou o acesso à terra pelos imigrantes europeus, que estavam chegando ao Brasil, e futuramente também dos ex-escravos. Assim, de um lado mantinha-se a hierarquia social (favorecendo e privilegiando a aristocracia rural) e, do outro, abriam-se possibilidades de organizar o país para o fim da escravidão.

Entre 1850 e 1888 foi o período de adaptação para os fazendeiros, que procuraram combinar dois movimentos simultâneos: prolongamento ao máximo da manutenção da escravidão, por um lado, com, por outro, a substituição gradual da mão-de-obra escrava, por meio de

uma política de imigração de trabalhadores europeus.

Com esse momento de ruptura no sistema de organização do trabalho no país, os milhões de trabalhadores negros, ex-escravos, foram jogados à própria sorte, sem terras para trabalhar (todas já tinham donos), sem experiência de vida nos centros urbanos, mas com grande ânsia de liberdade.

E os que moravam nas cidades, com o processo de urbanização e modernização, foram gradualmente sendo expulsos para periferia ou para os morros. Essa ruptura em nossa história não teve nenhum significado para a superação das desigualdades sociais entre brancos e negros.

O Partido Republicano Paulista, fundado em 1873, nunca se engajou firmemente na campanha abolicionista, e no seu manifesto de fundação não há uma linha sequer referente à necessidade de extinção da escravidão. Por mais paradoxal que pareça, a abolição não foi associada à república, ou, dito de outra forma, o movimento abolicionista não caminhou na mesma fileira do movimento republicano. Ao contrário, afastada das elites e do próprio jogo político, a monarquia ganhou, por caminhos tortuosos, uma nova representação e inaugurou uma maneira complicada de lidar com a

questão dos direitos da cidadania. Conforme observa Lilia Shwarcz, (2007 p.26):

Como se fossemos avessos à representação da violência e da luta, no Brasil a Abolição foi entendida como uma dádiva, um presente que merecia atos recíprocos de obediência e submissão. Aos escravos recém-libertos só restava, pelo menos na visão das

elites, a resposta servil e subserviente, reconhecedora do tamanho do “presente” recém-recebido. Diferentemente, dessa maneira, do processo vivenciado em outros países, onde a libertação foi absorvida como uma conquista, aqui ela representou continuidade e reposição de hierarquias que, de tão assentadas, pareciam legitimadas pela própria natureza.

PARA SABER MAIS

CUNHA, Olívia Maria Gomes da e GOMES, Flávio dos Santos. Quase cidadão – histórias e antropologias da pós-emancipação no Brasil. Rio de Janeiro, Editora Fundação Getúlio Vargas, 2007.

MENDONÇA, Joseli Nunes. Cenas da Abolição. São Paulo. Editora Fundação Perseu Abramo, 2001.

PROCLAMAÇÃO DA REPÚBLICA

Com o fim da escravidão, não havia mais sentido em manter a monarquia, o seu papel já estava cumprido e a aristocracia podia exercer seu poder sem nenhum tipo de disfarce. A proclamação da República, que transformou o Brasil do regime de governo monárquico para republicano, foi sem dúvida a maior possibilidade de aproximar os brasileiros de seu país desde a Independência. República (que em grego significa coisa pública, de todos), no nosso caso, aconteceu por um golpe militar em acordo com setores da elite, especialmente os produtores rurais paulistas, que questionavam a tradicional aristocracia rural ligada ao Império, mas que, por sua vez, também não deixava de ter a mesma origem.

A dependência econômica e cultural do Brasil em relação a outros países se mantém com a República. Continuamos dependentes economicamente da Inglaterra e, culturalmente, nas primeiras déca-

das da República, a elite brasileira era fortemente influenciada pela França, por meio da moda e da arte em geral.

A proclamação da República atendeu a interesses da classe que se preparava para assumir o poder no Brasil desde a segunda metade da década de 1870. Essa classe era a aristocracia cafeeira de São Paulo, que, em aliança com os produtores rurais de Minas Gerais, dominou a política do país e submeteu o Estado aos seus interesses até 1930. Isso foi possível graças a um arranjo político liderado pelo presidente Campos Sales em 1898, que depois de várias crises políticas e econômicas dará uma certa estabilidade para o regime republicano, por meio de um pacto que envolvia favores e reciprocidades entre o governo central e as oligarquias que dominavam os estados. Esse arranjo político ficou conhecido como a “política dos governadores”, e sua base de sustentação foi o coronelismo e o clientelismo.

ESTRATÉGIAS DE PARTICIPAÇÃO POPULAR

Analisando a história do Brasil, poderíamos nos perguntar: onde esteve o povo brasileiro nesses momentos históricos? Qual foi sua participação, sua influência, como foi

sua presença na vida política nacional nesse período de grandes mudanças da nossa estrutura social, nas decisões que definiram o destino de nosso país?

SE PENSARMOS APENAS NESSES TRÊS IMPORTANTES FATOS HISTÓRICOS, QUE NOMES VÊM À CABEÇA DE VOCÊS?

FATO	NOME
Independência do Brasil	
Abolição da escravidão	
Proclamação da República	

No caso específico da República, na citação abaixo, o autor mostra como era o comportamento comum frente às ações políticas, um comportamento que tinha várias respostas e reações. Longe de ser um povo apático, foram várias as formas de buscar participação na vida nacional:

Perdia-se o humor apenas quando o governo buscava impor o formal, quando procurava aplicar a lei literalmente. Nesses momentos o entendimento implícito era quebrado, o poder violava o pacto, a constituição não-escrita. Então tinha de recorrer à repressão, ao arbítrio, o que gerava a revolta em resposta, mas, como vimos, eram momentos de crise, não o cotidiano.

O povo sabia que o formal não era sério. Não havia caminhos de participação, a República não era para valer. Nessa perspectiva, o bestializado era quem levasse a política a sério, era o que se prestasse à manipulação. (...) Quem apenas assistia, como fazia o povo do Rio por ocasião das grandes transformações realizadas a sua revelia, estava longe de ser bestializado. Era bilontra. (Carvalho, J. M., Os bestializados, pág. 159 -160)

Entre 1820 e 1890 aconteceram no Brasil diversos movimentos sociais, frutos de revoltas contra dominação, exploração e desigualdade. Em todos os casos, a reação das classes dominantes foi a mesma: dura repressão policial.

Vejam alguns exemplos desses movimentos:

1 – Confederação do Equador:

Em 1824, os pernambucanos se revoltaram contra o poder central e conseguiram a adesão de sete estados do Nordeste, formando a Confederação do Equador. Nessa luta, depois de Pernambuco, Ceará foi o estado que mais se destacou. O povo, organizado sob a liderança de Pedro Pedroso e de frei Caneca, entrou na luta, mas exigiam bem mais do que os chefes da revolta, que queriam somente a independência do Nordeste. O povo exigia liberdade para os escravos, para os trabalhadores e uma nova sociedade. A aristocracia, então, começou a ter medo do povo e ficou dividida, facilitando para o imperador dominar a rebelião, estado por estado.

Escravos, donos de escravos, capatazes, castigos, torturas, punição, sacrifício, preconceito, medo, desumanidade, revolta... Esse era o cenário do trabalho em nosso país no século XIX. O sistema de trabalho baseado na escravidão, como já vimos, era basicamente agro-exportador, ou seja, nossa produção nos grandes latifúndios rurais era voltada ao mercado externo (venda do café).

Até metade do século XIX, os trabalhadores livres eram poucos e em tarefas artesãs específicas (seleiros, sapateiros, alfaiates, carpinteiros, oleiros, etc). Somente a partir de 1850 (com dois importantes fatos históricos – a proibição do comércio de escravos e a Lei de Terras) nosso país passa a conhecer outras modalidades de trabalho, como colonato e o trabalho assalariado, condição vivida pelos primeiros imigrantes europeus, que

vinham de seus países na esperança de encontrar melhores condições de vida. Houve então a convivência entre trabalho escravo e trabalho livre, que garantiu que as oligarquias rurais não tivessem nenhuma interrupção em sua produção.

A opção de nossas elites em promover a imigração de trabalhadores de origem europeia tinha não só objetivos econômicos, mas também uma intencionalidade eugênica, ou seja, “embranquecer” o povo brasileiro.

Os trabalhadores que chegaram ao Brasil (espanhóis, italianos, alemães, entre outros) saíam de seus países, enfrentando longas e sofridas viagens de navio, porque não tinham boas condições de vida em seus países. A esperança de chegar a um novo lugar, com abundância de terras e bons salários foi a motivação da maioria desses imigrantes.

TABELA DE IMIGRAÇÃO DURANTE A DÉCADA DE 1882-1891

Italianos.....	202.503	Dinamarqueses.....	1.042
Portugueses.....	25.925	Belgas.....	851
Espanhóis.....	14.954	Inglêses.....	782
Alemães.....	6.196	Suecos.....	685
Austríacos.....	4.118	Suíços.....	219
Russos.....	3.315	Irlandeses.....	201
Franceses.....	1.922	Outros.....	483

Total263.196

Fonte: Richard M. Morse. *Formação histórica de São Paulo*, p. 241.

Mas, ao chegarem aqui, o que encontraram não foi nada disso, a realidade era de péssimas condições de trabalho, salários miserável, moradias coletivas e com condições precárias de higiene, além dos donos das fazendas, que os tratavam como se fossem escravos, impondo jornadas de trabalho de até 16 horas por

dia e, principalmente, um tratamento autoritário.

Assim, foram vários os conflitos surgidos nas fazendas de café entre os imigrantes e os donos das fazendas. Alguns desses trabalhadores tinham em seus países outras referências sobre relações de trabalho. Isto fez com que muitos abandonas-

sem as fazendas e procurassem os centros urbanos para viver.

No final do século XIX e início do século XX esses centros urbanos eram principalmente as cidades de São Paulo e Rio de Janeiro. A primeira cidade chega a receber mais de 70% do total de imigrantes italianos no período.

Nessa época, em que as fazendas começaram a ter uma forte queda na produção do café, por causa da crise externa, o mercado de trabalho que aparece como alternativa era composto, nas cidades, pelas indústrias instaladas, especialmente as indústrias têxteis.

QUEM ERAM OS TRABALHADORES DAS FÁBRICAS

O chefe da seção de informações do Departamento Estadual do Trabalho, do governo de São Paulo, apresentou ao diretor desse departamento, um relatório das visitas realizadas a trinta e uma fábricas de tecido da capital, uma em Santos e outra em São Bernardo.

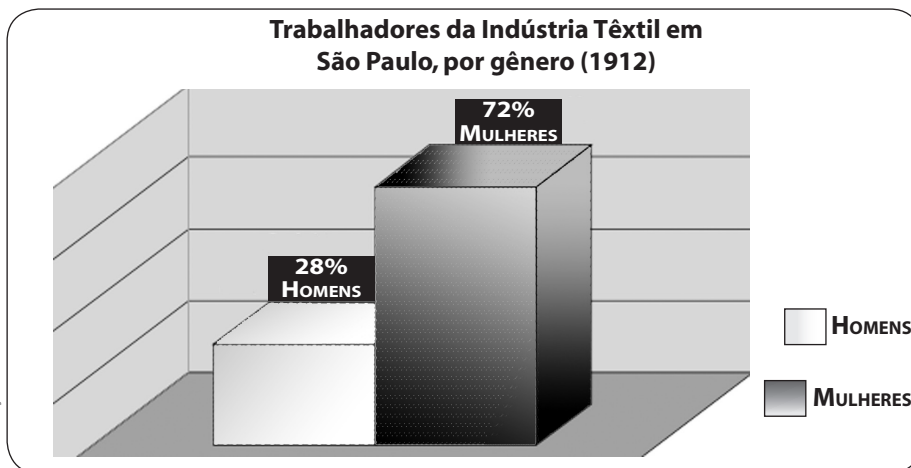
Nesse relatório foi levantado um perfil dos trabalhadores da indústria têxtil, que sabemos que constituía na época o principal setor industrial da cidade.

Foram contados 10.204 operários.

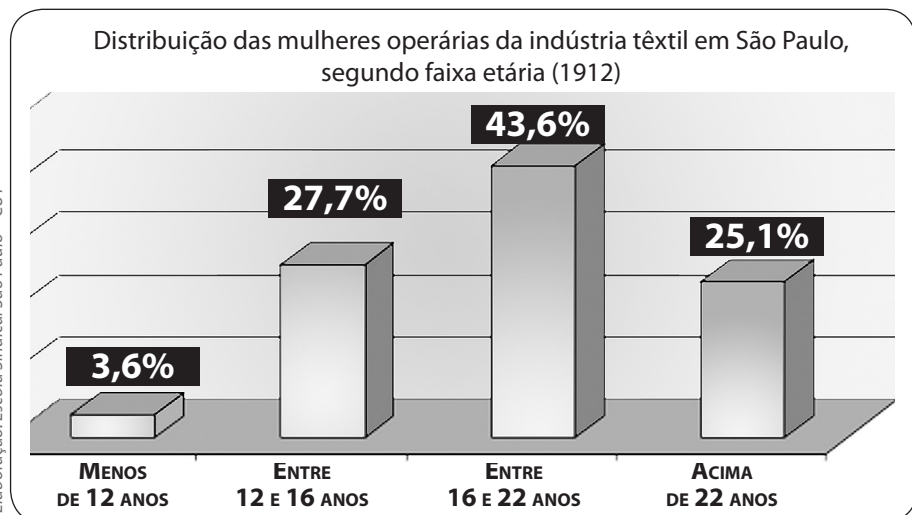
Destes, 1.843 (18,0%) eram brasileiros; 7.499 (73,5%) eram estrangeiros e 862 (8,5%) eram de nacionalidade ignorada. Entre os estrangeiros, 6.044 eram italianos, ou seja, 80,6% dos trabalhadores estrangeiros na indústria têxtil era de italianos.

(Documento extraído de Pinheiro e Hall, 1981)

Fonte: PINHEIRO, Paulo Sérgio e HALL, Michael. (1981)
Elaboração: Escola Sindical São Paulo - CUT



Fonte: PINHEIRO, Paulo Sérgio e HALL, Michael. (1981)
Elaboração: Escola Sindical São Paulo - CUT



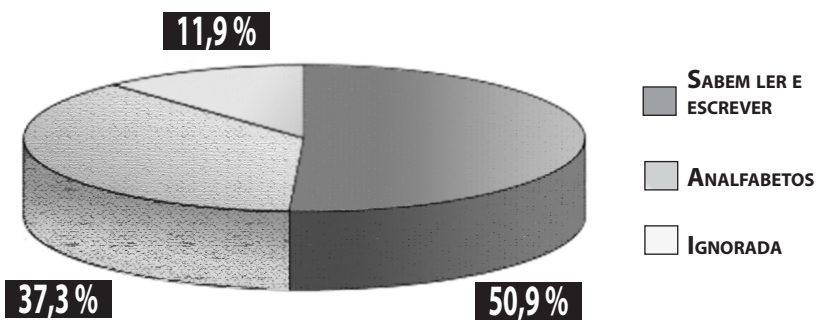
QUEM ERAM OS TRABALHADORES DAS FÁBRICAS

A grande maioria dos trabalhadores era composta por mulheres (72%), em sua maior parte adolescentes ou bastante jovens. Observe que a soma do percentual de mulheres até 22 anos alcança, aproximadamente, 75% das trabalhadoras, ou seja, três em cada quatro trabalhadoras tinha até 22 anos.

Entre homens e mulheres, o relatório apontou que, aproximadamente, 56% eram solteiros(as) e 26% eram casados(as). Os(as) demais trabalhadores(as) eram viúvos(as) ou não se teve o dado sobre o estado civil.

Não existia na época a oferta de escolas públicas, logo, o levantamento do grau de instrução dos trabalhadores, tanto das mulheres como dos homens, é de que metade deles (50,9%) sabia apenas ler e escrever; e 37,3% eram analfabetos.

INSTRUÇÃO DOS TRABALHADORES DA INDÚSTRIA TÊXTIL
EM SÃO PAULO (1912)



Fonte: PINHEIRO, Paulo Sérgio e HALL, Michael. (1981)
Elaboração: Escola Sindical São Paulo - CUT

Em resumo, a face do operariado paulista “de ponta”, na principal indústria da época (1912), era uma jovem italiana, solteira, que provavelmente morava em um cortiço e sabia apenas ler e escrever.

AS MULHERES NAS GREVES OPERÁRIAS

Você observou bem o perfil do operariado da indústria têxtil de São Paulo em 1912?

As greves do início do século XX são acompanhadas da imagem dos anarquistas e suas lideranças, normalmente, homens. Pelo menos é essa a imagem que vemos nas fotos do período que estão nos arquivos e nas publicações. Também se olharmos a lista de deportações, na repressão que se seguiu à grande greve de 1917, veremos que todos os nomes são de homens.

Mas a lógica é que as greves de grande proporção que sacudiram São Paulo não teriam êxito se não houvesse uma adesão em massa das mulheres da indústria têxtil, quase o único grande setor fabril no começo do século XX.

Quem eram essas mulheres? Quantas delas exerceram papel de liderança?

O que se percebe é que há um “esquecimento” ou ocultamento da participação das mulheres nas lutas sindicais do período. Portanto, passemos a palavra a uma das poucas mulheres líderes sindicais do período, Elvira Boni:

No 1o de maio de 1919 – nessa época os trabalhadores já eram dirigidos pelos anarquistas – foi organizado um grande comício na praça Mauá (Rio de Janeiro). Depois desse comício, algumas moças resolveram criar o sindicato, e no dia 18 de maio de 1919 fundou-se a União das Costureiras, Chapeleiras e Classes Anexas. E aí a União logo começou a se exercitar. Era dirigida por uma comissão executiva, nos moldes anarquistas. Não tinha presidente. Eram primeira e segunda secretárias, primeira e segunda tesoureiras, bibliotecária... A nossa primeira reunião foi feita na União dos Alfaiates, que nos cedeu a sala. Estiveram presentes umas 40 mulheres. Uns três meses depois fizemos uma greve. Mandamos um memorial para as donas dos ateliês, das fábricas onde havia costura, pedindo oito horas de trabalho e melhores ordenados (...) a conquista das oito horas foi imediata...

Vamos refletir:

- *O Estado atendia a grupos de interesses? Quais?*
- *Como era a relação entre poder econômico e interesses públicos?*
- *Participação popular e democracia faziam parte do comportamento político dessa fase no Brasil?*
- *Que influências temos ainda hoje desses fatos, em nossa sociedade?*

in GOMES, Ângela de Castro (1988). Velhos militantes. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.



HISTÓRIA DA CLASSE TRABALHADORA NO BRASIL
A REVOLUÇÃO INDUSTRIAL E A CLASSE TRABALHADORA

A Revolução Industrial pode ser definida como um conjunto de transformações que afetaram drasticamente a forma de produzir as mercadorias. Essas transformações tecnológicas, econômicas e sociais aconteceram primordialmente na Inglaterra, entre 1750 e 1830. As principais inovações tecnológicas dessa primeira fase da revolução industrial são a lançadeira volante, a máquina de fiar, que substituiu a roca, a máquina de fiar movida a água, e o tear mecânico. Porém, a descoberta decisiva foi a máquina a vapor, patenteada por James Watt em 1781, que passou a ser empregada como força motriz em diversos processos. Ela “libertou” a indústria de sua dependência dos rios. As fábricas puderam, a partir de então, se instalar em lugares mais estratégicos para os seus negócios. Esse processo sofreu um notável impulso a partir do emprego da energia a vapor nos navios e locomotivas em 1830, que encurtou as distâncias entre as matérias-primas necessárias à produção e facilitou o escoamento das mercadorias até o mercado consumidor numa escala até então desconhecida no mundo.

Mas porque a Revolução Industrial aconteceu primeiro na Inglaterra e não em outro país?

Porque foi na Inglaterra que se criaram as condições políticas e econômicas para que a Revolução Industrial se realizasse com maior impulso, apesar de outros países também terem desenvolvido suas máquinas para manufatura. A Revolução Inglesa (1640-1660) pôs fim ao Absolutismo e instituiu o parlamento, que representava os interesses da burguesia e de parte da nobreza aburguesada, como centro decisivo do Estado inglês. A Revolução foi fruto da aliança entre a burguesia e parte da nobreza inglesa, cujos interesses econômicos estavam intimamente ligados, o que criou as condições para a expansão colonial e mercantil britâni-

ca e forneceu capitais e matéria-prima para a incipiente indústria manufatureira. A Revolução Inglesa estimulou o processo de “cercamentos”, isto é, o cercamento de terras comunais ocupadas secularmente por camponeses, que passaram a ser exploradas de forma capitalista pela nobreza aburguesada. Por conseguinte, a renda da terra passou a se incorporar à dinâmica do capitalismo comercial e manufatureiro na Inglaterra, antes que os demais países da Europa. Por outro lado os camponeses expulsos de suas terras vagavam pelos campos como jornaleiros, ou seja, trabalhavam por jornadas em diferentes lugares, perdendo os vínculos de identidade que possuíam com suas antigas comunidades, ou foram para as cidades, oferecendo-se como operários nas manufaturas e fábricas nascentes.

As terríveis condições de trabalho a que eram submetidos os trabalhadores e trabalhadoras, muitos ainda na infância, na primeira fase da Revolução Industrial, foram objeto de investigação de Marx no *Capital*, conforme aparece no trecho abaixo, extraído de um relatório de 1863 dirigido aos comissários de Emprego Infantil de 1841, que denuncia o trabalho de crianças numa fábrica de cerâmica de Staffordshire:

Wilhem Wood, nove anos de idade, tinha sete anos e 10 meses quando começou a trabalhar. Desde o começo ele levava a peça modelada à câmara de secagem e trazia de volta depois a fôrma vazia. Chega todos os dias da semana às 6 horas da manhã e pára por volta das 9 horas da noite. “Eu trabalho todos os dias da semana até 9 horas da noite. Assim, por exemplo, durante as últimas sete a oito semanas.” Portanto, 15 horas de trabalho para uma criança de sete anos! (Cf. Marx, Karl. O Capital, vol. I Livro primeiro, Tomo 1, p. 197. São Paulo. Editora Abril, 1984)

As condições de trabalho de homens e mulheres foram gerando protestos e revoltas dentro e fora das fábricas. A luta pela redução da jornada de trabalho é uma das primeiras reivindicações operárias, juntamente com o direito de associação. Protestos, marchas, comícios e petições compunham o leque de ações operárias que inevitavelmente eram reprimidas pela polícia, como o comício realizado em Londres em 1819, que reuniu 80 mil manifestantes. O direito de livre associação foi reconhecido pelo Parlamento Inglês em 1825. A resposta dos trabalhadores não tardou e, no mesmo ano, foi fundada em Manchester a União dos Fiadores de Algodão, constituindo-se no primeiro sindicato formal de trabalhadores que conhecemos hoje. Embora nas minas o progresso tenha sido mais lento, em 1847 foi aprovada a “Lei das Dez Horas”, e apesar dos protestos dos empresários, as mudanças foram aceitas. Cinco anos antes, no norte da Inglaterra, havia ocorrido a primeira greve geral da era industrial, reivindicando a redução da jornada de trabalho.

Assim como as fábricas e a exploração do trabalho vão se estendendo para os demais países da Europa e os Estados Unidos, as lutas dos trabalhadores e trabalhadoras também se expandem para além das fronteiras nacionais. Na vizinha França, os sindicatos só serão reconhecidos como entidades legais em 1864, mas nesse país as manifestações operárias tornaram-se famosas pelo seu grau de radicalismo. A França foi o berço do chamado sindicalismo revolucionário, que erguia barricadas e enfrentava governos, como aconteceu nas jornadas de 1848 e 1871 em Paris. Esta última, denominada Comuna de Paris, é considerada a primeira experiência revolucionária da classe operária em que os trabalhadores em armas expulsam o exército e proclamam um novo governo com novas leis e com a divisa “Terras aos

Camponeses e Trabalho para Todos”, que durou cem dias, período em que “os operários tomaram os céus”, na expressão famosa de Karl Marx. A vingança da burguesia custou 30 mil vidas de trabalhadores.

Para finalizar estas breves notas sobre as primeiras lutas dos trabalhadores, destacaremos a luta pela jornada de 8 horas, que se tornou conhecida em todo mundo e que ocorreu nos Estados Unidos no primeiro de maio de 1886, cujo epicentro foi a cidade de Chicago, conforme aparece no relato a seguir:

Os trabalhadores abandonam as fábricas e manifestações são realizadas nos principais centros dos Estados Unidos. O ponto principal da luta será em Chicago. É sábado e a cidade amanheceu parada. As fábricas e o comércio não funcionam. Uma multidão toma as ruas, em passeata. Famílias inteiras rumam em direção à praça Haymarket, numa manifestação pacífica, que termina com um grande comício, sem qualquer incidente.

Na segunda-feira, dia três, a greve continua nas empresas que se recusam a aceitar a jornada de 8 horas diárias. Na fábrica McCormick Harvester, a polícia dispara contra um grupo de operários. Resultado: seis mortos, cinco feridos e centenas de presos.

No início da noite de terça-feira, dia quatro, os trabalhadores surgem de todos os cantos da cidade, para mais uma manifestação. Quando o comício termina e o povo começa a se dispersar, os policiais entram novamente em ação, com a mesma violência do dia anterior. No meio do tumulto, uma bomba explode matando 10 policiais. Em represália, 80 trabalhadores são mortos. Há muitos feridos e oito sindicalistas acabam presos e julgados como autores do lançamento explosivo.

O julgamento dura vários dias. O tribunal condena cinco dos oito homens à morte e três a trabalhos forçados por muitos anos. Antes da execução, um deles, Luis Lingg, escreve uma carta, na qual procura eximir seus companheiros de qualquer participação na explosão e se mata na cela.

Em 11 de novembro de 1887, quatro homens são enforcados. Seis anos depois, o processo é revisto e todos são considerados inocentes pela

justiça.

Os três sobreviventes são soltos. (Revista da CUT-SP, 1º de Maio 2004, p.2)

Como podemos notar, nesse pequeno apanhado, a história da classe trabalhadora é carregada de lutas e de tradições que se difundiram por todo o mundo. No Brasil não foi diferente e a nossa classe trabalhadora acumulou um rico patrimônio de lutas entre vitórias e derrotas.

PARA SABER MAIS

MARX, Karl. O Capital, vol. I Livro primeiro Tomo 1. São Paulo. Editora Abril, 1984.

THOMPSON. E.P. A formação da classe operária inglesa. 3 volumes. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

HOBBSAW, Eric. Mundos do trabalho. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1984.

A FORMAÇÃO DA CLASSE TRABALHADORA NO BRASIL E AS PRIMEIRAS LUTAS: ESCRAVOS, LIBERTOS E IMIGRANTES

Desde o fim do tráfico de escravos, em 1850, a questão da substituição da mão-de-obra escrava nas lavouras de café tornou-se crucial para os cafeicultores. Foi no Estado de São Paulo, onde se localizava o núcleo dinâmico da economia cafeeira, que foram tomadas as medidas concretas para viabilização da importação de mão-de-obra por meio de financiamento público. A estratégia da aristocracia cafeeira foi prolongar ao máximo a manutenção da escravidão por meio de sua extinção lenta e gradual, que começa com o proibição do tráfico em 1850 e só terminará quase quarenta anos depois, em 1888, com a abolição. Por outro lado, paralelamente ao trabalho para manter o trabalho escravo, os produtores foram articulando uma política de substituição de mão-de-obra, utilizando-se da imigração estrangeira.

Esse processo de substituição de mão-de-obra escrava pela mão-de-obra imigrante foi tratado por parte da historiografia como duas formas de trabalho isoladas que, de certa forma, se opunham e que não conseguiram conviver entre si. Nessa concepção, a escravidão dificultaria e até entravaria o processo de formação do proletariado como classe. Esse pressuposto está longe de ser verificado, como podemos atestar em vários exemplos, pois até mesmo em fábricas as duas formas de trabalho podiam coexistir. Por exemplo: “Dos operários registrados nas manufaturas do Rio de Janeiro entre os anos de 1840 a 1850 – especialmente nas fábricas de vidro, papel, sabão, couros, chapéus e têxteis –, 45% eram escravos. Além disso, o recenseamento de 1872 apontou que no Rio de Janeiro havia mais de

dois mil operários cativos empregados em pequenas fábricas”. (Negro & Gomes. 2007. p. 63)

Nesse sentido, ao pensarmos a formação da classe trabalhadora brasileira, temos que pensá-la como fenômeno histórico em termos da sua heterogeneidade e complexidade, próprias da sociedade brasileira. Dito de outra maneira, a classe trabalhadora, desde a sua formação, é constituída por negros, mestiços, índios e brancos – homens e mulheres – que viviam nas cidades e no campo com culturas distintas e que expressaram suas demandas por meio de lutas concretas contra a opressão e a exploração.

A greve dos tipógrafos do Rio de Janeiro, ocorrida em 1858, é tida como a primeira greve do país. No entanto, João José Reis assinala que, em 1857, ocorreu uma greve de escravos em Salvador, na Bahia, que ele denominou de “Greve Negra”. A paralisação que envolveu centenas de escravos “ao ganho”² – na sua maioria africanos “nagôs” – durou duas semanas, interrompendo os serviços de abastecimento e transporte do porto. Os grevistas protestam contra a lei municipal que interferia nas relações entre senhor e escravo e na forma de organização do trabalho.

No mesmo ano, os trabalhadores escravizados pertencentes ao barão de Mauá se recusaram a trabalhar na fábrica Ponta D’Areia, que era um dos maiores estabelecimentos do Rio de Janeiro, com cerca de dez oficinas e 600 operários, sendo 150 deles escravos. Ainda como observam Antonio Negro e Flávio Gomes:

São várias as evidências de paralisações feitas por escravos nas indústrias. No final da década de 1820, cativos, africanos livres e outros trabalhadores pararam a fábrica de Pólvora Ipanema, controlada pelo Estado Imperial. Reivindicavam melhorias nas condições de trabalho, como diárias e dieta alimentar. No Rio de Janeiro, em abril de 1833, um levante numa calderaria trouxe apreensão, com escravos enfrentando a força policial e havendo tiros e mortes.

Trazemos o relato dessas lutas porque são questões importantes para a formação política dos militantes, assessores e dirigentes sindicais. Pois se trata, antes de tudo, de reconhecer os escravos como trabalhadores dotados de autonomia, prontos a se tornarem protagonistas dos movimentos sociais do seu tempo, lutando contra terríveis condições de trabalho.

PARA SABER MAIS

Negro, Antonio Luigi e GOMES, Flávio dos S. As greves antes da “Grève”. Revista Br-História. Ano 1 n. 2, 2007.

REIS, João. “A greve negra de 1857 na Bahia”. In: Revista USP, nº 18, 1993.

GOMES, Flávio dos Santos. Histórias de quilombos, mocambos e comunidades de senzalas no Rio de Janeiro, século XIX. Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 1995.

DOMINGUES, Petrônio. Uma história não contada: negro, racismo e branqueamento em São Paulo: Editora Senac, 2005.

VITORINO, Artur José R. Máquinas e operários – mudança técnica e sindicalismo gráfico (São Paulo e Rio de Janeiro – 1858-1912). São Paulo, Fapesp/Anablume, 2000.

² Escravos que alocavam seus serviços no mercado: carregadores, vendedores ambulantes, quitadeiras, obrigando-se a dar uma parte dos seus ganhos ao seu senhor.

A PRIMEIRA FASE DA INDUSTRIALIZAÇÃO BRASILEIRA, A CLASSE OPERÁRIA E SUAS ORGANIZAÇÕES

O processo de industrialização brasileira foi bem mais tardio em relação à Inglaterra e aos demais países europeus, os Estados Unidos e o Japão. O prolongamento do regime de trabalho escravo até o seu limite, montado sob uma economia agro-exportadora, permitiu pouco dinamismo ao processo de industrialização. Nossa elite política e econômica nunca se propôs a vãos mais altos, para além dos seus próprios interesses patrimonialistas, sempre subordinados aos interesses dos países centrais. Nesse sentido, o Estado brasileiro, desde sua fundação, em 1822, até 1930 foi um agente dos interesses da elite rural brasileira. A industrialização brasileira caminhou tímida sob da aristocracia rural, e somente em 1930, no governo de Getúlio Vargas, impulsionado pela crise de 1929 (conforme veremos adiante), é que o Estado fará um primeiro esforço mais sistêmico de industrialização do país, na perspectiva de romper com o padrão de acumulação primário-exportador.

O padrão de industrialização brasileiro até os anos 1930 é praticamente o mesmo padrão da primeira revolução industrial. Enquanto os países centrais, no início do século, caminhavam para o Taylorismo-Fordismo, sob o domínio dos Estados Unidos e da indústria automobilística (metal-mecânica), da indústria química e do petróleo, o Brasil tinha na indústria têxtil o seu setor mais dinâmico.

Esse padrão de industrialização foi em grande medida favorecido pela expansão cafeeira, que dinamizou os portos, criou ferrovias e estimulou uma certa urbanização e um tipo de indústria. De acordo com o relatório da Comissão de Inquérito Industrial de 1882, havia no Brasil aproximadamente 45 fábricas de tecidos assim distribuídas: 12 na

Bahia; 11 no Rio de Janeiro; nove em São Paulo, oito em Minas Gerais e 1 no Rio Grande do Sul, em Alagoas, em Pernambuco e no Maranhão. Havia também fábricas de chapéus, velas, papel, calçados e fundições. A indústria naval também sofreu um grande incremento entre 1848 e 1870. Em 1907, de um total de 326 estabelecimentos existentes no Estado de São Paulo, havia apenas 31 estabelecimentos têxteis, porém este setor era responsável por 45% dos investimentos industriais realizados no período.

Os indicadores econômicos da década de 1920 apontam para a tendência crescente da concentração industrial nas áreas de plantio de café. Não por acaso, São Paulo e Rio de Janeiro, juntos, somavam 42% dos estabelecimentos industriais; 53% dos capitais e 50% do operariado brasileiro.

Como já enfatizamos na seção anterior, devemos tomar todos os cuidados para não definirmos a classe operária dos primeiros anos da República como sendo branca, masculina e européia. Essa generalização poderia ser feita para o Estado de São Paulo e para os estados do Sul, mas estudos recentes apontam que, mesmo para o Rio Grande do Sul, houve uma conformação da classe operária muito mais mestiça do que se supunha, como ocorreu na industrialização nas cidades de Rio Grande e Pelotas.

Também a participação das mulheres na composição da classe operária foi sub-representada na Primeira República, especialmente onde o trabalho feminino foi bastante expressivo, como no setor têxtil e no de vestuário, chegando a ser predominante em algumas unidades fabris. Ver quadros na página 24.

Antes de entrarmos nas principais lutas da classe operária, é con-

veniente tratarmos da associação geralmente feita entre imigração e agitação política. É muito forte a imagem difundida em determinados manuais, que apresentam o imigrante italiano politizado, lutando contra a exploração capitalista, em oposição ao trabalhador nacional, mais pacífico e resignado com a sua condição de vida. Essa visão acaba incorrendo no equívoco de pensar que o imigrante trouxe com sua bagagem, além dos seus pertences, uma visão politizada e anticapitalista, fruto da sua experiência nas lutas de classe de sua terra natal. Esse mito do imigrante militante tem sido questionado por estudos mais aprofundados sobre a

imigração, que procuram distinguir a grande massa de trabalhadores que imigraram para o Brasil em busca de melhores condições e a trajetória dos militantes internacionalistas perseguidos ou expulsos dos seus países de origem e que tinham como razão de vida a difusão dos seus ideais políticos. A quase totalidade dos imigrantes que vieram para o Brasil tinham origem rural, não possuíam qualquer experiência prévia de militância política ou sindical; pelo contrário, imigravam na esperança de ascensão individual, do ponto de vista econômico e social, como resposta à situação de miséria que enfrentavam nos seus respectivos países.

AS LUTAS E AS ORGANIZAÇÕES OPERÁRIAS

Nos primeiros anos do século XX, as lutas operárias se concentraram em grande parte pela reivindicação da jornada de 8 horas e pela melhoria das condições de trabalho. Este foi o caso da greve dos trabalhadores em pedreiras, ocorrida em 1901, no Rio de Janeiro: os grevistas conseguiram reduzir a jornada de 12 para 10 horas. No mesmo ano foram registradas greves, em São Paulo, dos tecelões, sapateiros e vidreiros. A luta pela jornada de 8 horas se intensifica em 1903, com greves generalizadas em Recife, Rio de Janeiro, Porto Alegre, São Paulo e Juiz de Fora, entre outros lugares. Em algumas dessas greves, os trabalhadores conseguiram reduzir a jornada para nove horas, o que não deixava de ser uma grande conquista para a época.

A luta dos trabalhadores e trabalhadoras prossegue e se amplia nos anos seguintes. Em 1906, trabalhadores reunidos no Rio de Janeiro, sob a bandeira da jornada de 8 horas, realizam o primeiro Congresso Operário do Brasil e fundam a Confederação Operária Brasileira (COB), no qual foi preponderante a influência do sindicalismo revolucionário, que, a partir de então, exercerá forte in-

fluência sobre uma parcela do movimento operário no Rio de Janeiro e São Paulo, até o início dos anos 1920. O jornal *A Voz do Trabalhador* passa a ser o órgão de divulgação da COB entre os trabalhadores. Em 1907, eclode uma série de greves pela jornada de 8 horas, como resposta ao apelo do congresso operário, feito no ano anterior. Em São Paulo, foi um movimento em cadeia, começando pelos trabalhadores em veículos e prosseguindo com os pedreiros, canteiros, pintores, marmoristas, trabalhadores da limpeza pública, encanadores, tipógrafos, funileiros, chapeleiros, metalúrgicos, tecelões, trabalhadores em madeira, trabalhadores em passamanarias (tecidos trabalhados com fios) e trabalhadores em massa. Algumas categorias obtiveram êxito e conquistaram a jornada de 8 horas; outras, conseguiram a redução, mas não para 8 horas. Como era previsível, a resposta patronal e das autoridades também não tardou a se intensificar. Em 1907 foi aprovada a lei de autoria do deputado Adolfo Gordo, que permitia a extradição de trabalhadores estrangeiros considerados “agitadores” ou “subversivos” no meio operário.

De 1910 a 1920 as lutas e a organização dos trabalhadores continuam se intensificando. Em 1913, a COB realiza seu segundo congresso com 117 delegados representando 52 sindicatos. A entidade volta a reativar *A Voz do Trabalhador*, que passa a ter uma tiragem de quatro mil exemplares. Em 1915, em São Paulo, é criado o Comitê de Defesa Proletária, que visa organizar e unificar as lutas dos trabalhadores. Nos anos de 1915 e 1916 são registradas 144 greves em São Paulo.

Em 1917, no mesmo ano da Revolução Russa, ocorre em São Paulo a mais famosa greve da classe trabalhadora dessa primeira fase de industrialização: a greve de 1917. A paralisação começou no Cotonifício Crespi, localizado no Bairro da Moóca, uma das maiores unidades fabris da capital paulista. Os grevistas reivindicavam 20% de aumento, regulamentação do trabalho feminino e abolição das multas. Rapidamente a greve se espalha pelas fábricas dos bairros vizinhos, chegando a atingir 54 fábricas, reunindo aproximadamente 20 mil trabalhadores em greve. Alarmadas com a dimensão do movimento, as autoridades ordenaram que a cidade fosse fortemente patrulhada pelas tropas de infantaria, que foram orientadas para dissolver as aglomerações. No dia 9 de julho, o enfrentamento entre policiais e grevistas nas ruas de São Paulo resultou na morte do sapateiro José Iniguez Martinez, de 21 anos, vítima de um disparo desferido por um policial em frente à fábrica de tecidos Mariângela, no Bairro do Brás.

A notícia da morte do jovem trabalhador espalha-se rapidamente pela cidade e produz um efeito incendiário sobre o movimento grevista. O velório e o enterro da vítima se transformaram numa grande mobilização de repúdio à violência policial usada contra os grevistas. Na manhã fria e chuvosa do 11 de julho de 1917, uma enorme concentração popular, estimada em 10 mil pessoas, se for-

mou em frente ao número 91 da Rua Caetano Pinto, no Bairro do Brás, a mesma rua da sede da CUT. Por volta das oito horas e trinta minutos, um imenso cortejo fúnebre pôs-se em movimento. A comissão de frente, formada por um grupo de mulheres, carregava bandeiras vermelhas e o estandarte do Centro Libertário de São Paulo.

No dia seguinte, a cidade praticamente parou com a adesão à greve geral de padeiros, leiteiros e trabalhadores da Companhia de Gás e da Light. A cidade amanheceu sem gás, sem pão, sem leite, sem luz e sem transporte. Estima-se em cem mil o número de trabalhadores que cruzaram os braços na semana de 9 a 16 de julho. Os paulistanos jamais tinham vivenciado um movimento social dessa magnitude na história da cidade. A greve se encerrou no dia 16 de julho, depois de três assembléias com milhares de trabalhadores coordenadas pelos líderes do Comitê de Defesa Proletária, nos bairros do Brás, Lapa e Ipiranga. Além dos 20% de aumento, os empregadores e autoridades acordaram com os trabalhadores os seguintes pontos: respeitar o direito de associação dos operários; não dispensar nenhum operário por motivo de greve e efetuar o pagamento dos salários na primeira quinzena a seguir ao mês vencido.

O movimento operário mantém seu dinamismo de lutas até 1919. Dessa forma, de 1917 a 1919, nas cidades do Rio de Janeiro e de São Paulo, foram criadas mais organizações operárias do que em qualquer outro período de tempo equivalente. A luta pela jornada de 8 horas prossegue com uma greve geral de 60 mil trabalhadores no Rio de Janeiro, no Primeiro de Maio. A partir de 1920 o movimento operário entra numa fase de refluxo, fruto da intensificação da repressão e das divisões internas das correntes políticas dentro do sindicalismo. A COB realiza seu terceiro congresso em 1920, com o movimento sindical

mergulhado em várias disputas internas, ocasionadas em grande parte pela vitória da Revolução Russa, que enfraquecia a posição dos militantes anarquistas e anarco-sindicalistas, cuja concepção política se chocava com a concepção de partido e de Estado que triunfou com os partidários de Lênin. A exemplo do que estava ocorrendo em várias partes do mundo, após a Revolução Russa, aqui no Brasil, em 1922, foi fundado o Partido Comunista Brasileiro, tendo à sua frente muitos dirigentes que tinham sua origem política no anarquismo.

Grosso modo, as correntes políticas do sindicalismo brasileiro dos anos vinte aos anos trinta são as seguintes:

Anarco-sindicalismo: na visão anarquista, toda autoridade é opressora, incluindo os partidos e o parlamento. Eram radicalmente anticapitalistas, antiburgueses e anticlericais. Negavam a legitimidade política do Estado enquanto instituição, independente de classe ou ideologia política. Privilegiavam a ação direta das massas, por meio de boicotes, sabotagens, atentados, greve geral revolucionária. Exerceram forte influência sobre o movimento operário em São Paulo até os anos 20, mas isso não quer dizer que tal influência tenha sido generalizada para todo o Brasil.

Reformistas ou amarelos: no movimento operário, durante as primeiras décadas do século XX, havia um agrupamento de correntes sindicais de caráter reformista muito heterogêneas entre si, mas que tinham em comum a luta pela melhoria das condições de vida dos trabalhadores por meio da obtenção de garantias legais, de um conjunto de direitos sociais, do apelo à intermediação de representantes do Estado para a solução dos conflitos trabalhistas, da utilização preferencial das vias institucionais, da não utilização da violência e do emprego da greve apenas como último recurso. Foram essas correntes denominadas de “amarelas” que deram vida imediata ao projeto sindical do governo provisório liderado por Vargas, implantado a partir de 1930. (Araújo, 1998, p. 202 e 207)

Comunistas: o objetivo político é a construção do Estado Socialista através da revolução. O principal instrumento para transformação social é partido comunista, que para eles é o único partido da classe operária. Os sindicatos são instrumentos importantes de organização da classe operária, mas devem estar subordinados à linha do partido. Atuam em todos os espaços considerados importantes para o avanço da organização dos trabalhadores e adotam estratégias de enfrentamento combinadas com estratégias legais, ocupando espaços institucionais.

PARA SABER MAIS

ARAÚJO, Ângela. A construção do consentimento, corporativismo e trabalhadores nos anos trinta. São Paulo. Editora Scritta, 1998.

BATALHA, Cláudio H.M. “Formação da classe operária e projetos de identidade coletiva”. In FERREIRA, Jorge e DELGADO Lucília Neves. Brasil Republicano – o tempo do liberalismo excludente. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 2003.

GIANOTTI, Vito. História das lutas dos trabalhadores no Brasil. Rio de Janeiro. Mauad Editora Ltda, 2007.

LONER, Ana Beatriz. Construção da classe: operários de Pelotas e Rio Grande (1888-1930). Pelotas: UFPEL- Editora Universitária/Unitrabalho, 2001.

TOLEDO, Edilene. Anarquismo e sindicalismo revolucionário. São Paulo. Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

A REVOLUÇÃO DE 1930, O “ESTADO NOVO” E O SINDICALISMO DIANTE DA ESTRUTURA SINDICAL CORPORATIVISTA

Como consequência da Crise de 1929, no plano internacional, o capitalismo vivia sua maior crise econômica, política e ideológica no início dos anos 30. A crise desencadeou a depressão da economia americana e, por conseguinte, a maior recessão econômica do mundo. As repercussões da crise se prolongaram de maneira dramática nos Estados Unidos até 1933, e somente em 1939, com a entrada na Guerra, a economia americana retoma seu ritmo de crescimento semelhante à década de 1920. A queda das ações arruinou os especuladores, reteve a venda a crédito e impossibilitou os que receberam financiamento de pagar seus débitos, provocando a falência de 4 mil bancos em três anos. Os preços dos produtos industriais caíram 27% e 85 mil empresas americanas faliram. O valor da produção nacional americana desceu à metade dos níveis anteriores à crise. O preço dos produtos agrícolas também despencou e os agricultores perderam suas terras hipotecadas aos bancos; os que ainda resistiam tiveram que jogar parte da produção fora para tentar conter a queda dos preços. Foram toneladas de leite e grãos jogados fora, enquanto a população passava fome. Os trabalhadores viveram dias sombrios, o desemprego atingiu a cifra de 14 milhões de desempregados e se constituiu no maior drama social da crise de 1929. Ninguém foi poupado, trabalhadores qualificados, como médicos e engenheiros, foram obrigados a vender maçãs nas esquinas das ruas de Nova York para sobreviver, e junto com outros trabalhadores engrossavam as enormes filas para ganhar um prato de sopa e uma fatia de pão.

O liberalismo, nos aspectos econômico e político, foi duramen-

te atacado pela esquerda e pela direita, vivendo sua pior crise. Pela esquerda, os trabalhadores e suas representações, tanto sindicais como partidárias, especialmente os partidos comunistas e socialistas, saíam às ruas combatendo o capitalismo e pregando o socialismo. O socialismo na Rússia, depois de muitas dificuldades, finalmente começava a conhecer tempos de prosperidade e progresso, o que estimulava mais ainda os comunistas no combate ao capitalismo.

Pelo centro, os sociais-democratas defendiam uma maior regulação do Estado na economia e um caráter mais social para o capitalismo, por meio de políticas públicas de emprego, educação, saúde e habitação. Criticavam tanto a concepção econômica liberal, que idealizava os mercados como reguladores da economia e limitava a participação dos trabalhadores, como também viam com reserva a concepção de Estado e sociedade socialista colocada em prática na União Soviética. Defendiam o aprofundamento da democracia e a humanização do capitalismo e, em troca, renunciavam ao caráter revolucionário e às formas violentas de transformação social.

Pela direita, surgiam, em vários países, governos conservadores e totalitários, que responsabilizavam a democracia e os partidos pela fraqueza do Estado e pela crise econômica. Pregavam um Estado forte e centralizador, que atendesse aos interesses da nação sem necessidade de partidos ou participação política do povo. O alvo principal dos governos de direita era atacar as organizações de trabalhadores (partidos e sindicatos), pois a conjuntura do início dos anos 30 foi marcada pela polarização política entre esquerda e direita. Des-

ta forma, os representantes da direita procuravam eliminar fisicamente a esquerda e, ao mesmo tempo, por meio da propaganda e da cooptação, tentavam canalizar os descontentamento das massas vitimadas pela crise econômica.

Foi nesse cenário de crise mundial do capitalismo e do liberalismo que ocorreu a Revolução de 1930, no Brasil. Por seus desdobramentos, foi um dos momentos de maior inflexão na história política do país. 1930 foi um rearranjo político no interior das classes dominantes ocasionado por tensões internas aguçadas pela conjuntura internacional, que deslocou do poder a oligarquia paulista ligada aos interesses da economia cafeeira. A dissidência oligárquica foi provocada, primeiro, por uma decisão do presidente Washington Luís, de romper o acordo com Minas Gerais, estado que deveria indicar seu sucessor, seguindo o jogo de alternância na presidência entre Minas e São Paulo. Ao insistir na candidatura do paulista Júlio Prestes, Washington Luís criou as condições para a formação da Aliança Liberal, que lança a candidatura de Getúlio Vargas, cuja base de sustentação era formada pelas oligarquias de Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Paraíba. Vargas angariou apoio de um importante segmento, fora da tradicional aliança oligárquica, que foram os tenentes. Estes, expressavam em grande parte os anseios de mudanças das camadas médias da sociedade, por meio dos vários levantes tenentistas ocorridos na década de 20, o que ficou conhecido como Movimento Tenentista.

Numa eleição ainda muito marcada pelo “voto de cabresto”, Júlio Prestes saiu vencedor, e tudo parecia indicar que as coisas iriam caminhar para a manutenção do padrão institucional da República Velha. Porém, o assassinato de João Pessoa, candidato a vice na chapa de Getúlio Vargas, e o acirramento das tensões oligárquicas por conta da

crise de 1929, estimularam os setores de oposição a organizar um movimento insurrecional para a derrubada de Washington Luís. Vargas, com o decisivo apoio dos tenentes, lidera um golpe de Estado e assume o Governo Provisório, em 3 de outubro de 1930.

O governo Vargas, irá promover rupturas significativas no padrão institucional e político até então vigente. No plano econômico, o Estado assumirá uma função de promotor do desenvolvimento econômico, criando bases para o elaboração de uma política industrial. No plano político, o Estado assume um papel mais centralizador, rompendo com o federalismo da República Velha, estruturado sob as bases da “política dos governadores”, sob hegemonia da oligarquia paulista.

Mas a mudança que mais caracterizou as iniciativas do governo Vargas e que se tornou uma marca indissociável do seu governo e da própria construção do mito político de Vargas, chamado de “o pai dos pobres”, diz respeito às mudanças nos padrões de relações de trabalho, por meio da implantação de uma legislação trabalhista e sindical.

A nova lei de sindicalização imposta pelo governo de Vargas, por meio do decreto nº 19.770, de 19 de março de 1931, inaugurava uma prática de intervencionismo estatal sobre a vida interna dos sindicatos: determinava, entre outras coisas, que as organizações de classe só podiam se filiar a entidades internacionais mediante prévia autorização ministerial; os estatutos deveriam obedecer às normas predefinidas e serem submetidos à aprovação ministerial; os sindicatos, federações e confederações deviam relatar anualmente suas atividades aos órgãos ministeriais; e ao Ministério do Trabalho cabia conceder ou não o reconhecimento oficial, fiscalizar as assembléias gerais e a situação financeira dos sindicatos, lavrar multas pelo descumprimento

da lei, fechar o sindicato, a federação ou a confederação por até seis meses ou promover a sua dissolução definitiva, podendo destinar o seu patrimônio a entidades de assistência social (Oliveira, 2002, p. 61).

Além da necessidade de reconhecimento do sindicato por parte do Estado, a legislação também estabelecia a unicidade sindical, ou seja, somente poderia haver um sindicato por categoria em determinada base territorial. A unicidade sindical é o sindicato único estabelecido em lei (Boito Jr, 1991, p. 27). Uma segunda ação decisiva do Estado foi o estabelecimento, também por lei, em 1940, da contribuição compulsória – o imposto sindical –, extensiva a todos os trabalhadores, independente de serem sindicalizados ou não.

A grande maioria dos sindicatos combativos e de esquerda sob influência e orientação dos comunistas, socialistas, anarquistas e sindicalistas revolucionários foi contrária à estrutura sindical imposta pelo governo de Vargas. Essa nova legislação mereceu protestos de grande parte do movimento sindical da época – com exceção do chamado “sindicalismo amarelo”.

Porém, o período de 1933/35 marcará uma grande virada na relação entre o movimento sindical de esquerda e a recém-criada estrutura sindical oficial, porque, a partir daquele ano, os sindicatos combativos, com exceção dos anarquistas, diante da impossibilidade de acabar com a estrutura oficial, optaram pela atuação por dentro da estrutura, na expectativa de transformá-la. Isso equivale a dizer que as correntes mais atuantes do movimento sindical renunciaram à prática de um sindicalismo revolucionário e de ação direta de “minorias conscientes” para um sindicalismo de “maiorias potenciais”, levando em conta as vantagens oferecidas pela legislação trabalhista, sem abrir mão da luta pela democratização da legislação sindical.

Por que a maioria dos sindicatos atuantes no início do decênio de 1930 não conseguiu impor uma derrota ao projeto sindical do governo Vargas, mas, ao contrário, acabou se incorporando a ele, ainda que com a propósito de transformá-lo?

Para responder de maneira breve a uma pergunta tão complexa, diríamos que três fatores foram fundamentais. Primeiro, a repressão e perseguição ao sindicalismo que defendia a liberdade e autonomias sindicais e, portanto, combatia a proposta do governo. Em segundo lugar, a vinculação que o governo impôs aos trabalhadores entre a adesão à estrutura sindical oficial e o acesso aos direitos trabalhistas. (Por exemplo, só poderia usufruir do direito de férias, aquele trabalhador que possuísse a carteira de trabalho, que só poderia ser emitida pelos sindicatos oficiais reconhecidos pelo governo – uma vinculação que exigia a adesão automática do trabalhador ao sindicato.) E, finalmente, em terceiro lugar, a própria avaliação do movimento sindical da época, de que, para as condições de atraso e autoritarismo reinantes na sociedade brasileira – e as relações de trabalho não fugiam a essa regra –, a nova legislação sindical e trabalhista poderia significar um avanço na conquista de direitos e na defesa dos interesses dos trabalhadores, desde que, por meio da luta no interior dos sindicatos oficiais, fossem alterados os seus aspectos negativos e potencializados os positivos.

Em novembro de 1937, Getúlio Vargas, utilizando-se de um golpe de Estado, no qual foi apoiado por militares, instaura um regime ditatorial conhecido como Estado Novo (1937–1945), que, dentre os muitos atos autoritários, intervém em diversos sindicatos, nomeando interventores. Alguns sindicatos, que tinham à frente lideranças combativas, conseguiram driblar a repressão e manti-

veram-se à frente de suas entidades, porém tinham seu espaço de atuação extremamente limitado pelas circunstâncias políticas. Como uma das formas de viabilizar o peleguismo sindical, representado pelos interventores sindicais, foi instituído, em julho de 1940, o imposto sindical compulsório, conforme mencionamos anteriormente, combinado com uma, para a época, intensa e sofisticada propaganda. Dessa forma, a “invenção do trabalhismo” procurava associar a concessão de direitos trabalhistas às qualidades pessoais de Getúlio Vargas como líder sensível às necessidades dos trabalhadores e dos mais pobres em geral, o que foi chamado por alguns estudiosos, como o “mito da outorga”. Não foi sem motivos que o anúncio da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), em 1943, se deu sob um planejado e bem executado espetáculo político dirigido às massas na comemoração do Primeiro de Maio, no estádio do Vasco da Gama, no Rio de Janeiro, capital federal da época. Desta forma, quando promulgada a CLT, praticamente todo o movimento sindical já estava “adaptado” à nova estrutura sindical e dirigia suas lutas a partir dela.

Dessa forma, o Estado combinava uma legislação sindical que procurava banir os setores combativos do sindicalismo brasileiro e, ao mesmo tempo, controlar a ação sindical por meio da subordinação dos sindicatos ao Estado. Porém, como vimos, essa estratégia de controle foi acompanhada de uma legislação trabalhista bastante avançada para os padrões da sociedade brasileira. Essa legislação foi difundida pelos órgãos de comunicação do “Estado Novo” como uma dádiva de Getúlio, silenciando toda uma trajetória de lutas dos trabalhadores por direitos ao longo dos anos, conforme registramos nas páginas anteriores.

A primeira coisa que chama a atenção na CLT, “alardeada como a mais avançada legislação social do

mundo”, é “o notório e quase esquizofrênico contraste entre lei e realidade, teoria e prática” (French, 2002, p.25). Muitos trabalhadores depositavam suas esperanças na nova legislação trabalhista. Na cidade de Santos, um doqueiro que participava de uma assembléia sindical, em agosto de 1945, afirmava que as leis trabalhistas deveriam ser modificadas “porque não eram respeitadas”, no que foi replicado imediatamente por um colega: “a lei é boa”, propondo então, que se apresentasse ao Congresso Nacional um pedido de “respeito absoluto à CLT, pois os patrões só seguem à risca os seus interesses, desrespeitando o direito dos trabalhadores” (Negro & Silva, 2003 p.51).

A questão colocada acima foi crucial para o movimento sindical. Ao mesmo tempo em que revelava o abismo entre a lei e a realidade, colocava para o movimento a necessidade de fazer com que a lei fosse cumprida e estabelecida a conquista dos direitos garantidos na CLT, como um campo de luta permanente entre o movimento sindical e os patrões. Nesse sentido, a própria luta reforçava e legitimava o projeto sindical oficial e, não raras vezes, os sindicatos adotavam como tática de apelos diretos e alianças com o governo, buscando que a lei fosse cumprida. Contudo, quando tais apelos não surtiam os efeitos desejados, igualmente se recorria às diversas formas de enfrentamento, inclusive à greve. Em outros termos, numa sociedade como a brasileira, marcada pelo autoritarismo e pela repressão no âmbito das relações de trabalho, a legislação trabalhista-sindical, na sua complexidade jurídica, era acionada pelos trabalhadores na perspectiva de que o mundo da produção pudesse ser regulado por parâmetros publicamente definidos, colocando, por meio do domínio da lei, algum limite no mundo do trabalho.

ARAÚJO, Ângela. A construção do consentimento, corporativismo e trabalhadores nos anos trinta. São Paulo. Editora Scritta, 1998.

BOITO JR, Armando. O sindicalismo de Estado no Brasil: uma análise crítica da estrutura sindical. Campinas. Editora da Unicamp/Hucitec, 1991.

GOMES, Ângela de Castro. A invenção do trabalhismo. Rio de Janeiro. Relume Dumará, 1994.

FRENCH, John. Afogados em leis – a CLT e a cultura política dos trabalhadores brasileiros. São Paulo. Editora da Fundação Perseu Abramo, 2001.

OLIVEIRA, Marco Antonio de. Política trabalhista e relações de trabalho no Brasil – da era Vargas ao governo FHC. Tese de Doutorado. Instituto de Economia da Unicamp, 2002.

EXPANSÃO INDUSTRIAL, URBANIZAÇÃO, SINDICATOS E A LUTA DOS TRABALHADORES NO CAMPO E NA CIDADE

A partir da entrada no Brasil na Segunda Guerra Mundial, em 1942, começa a mudar também o cenário interno da política brasileira, com o crescente aumento da oposição à Ditadura Vargas. Afinal, se o Brasil lutava ao lado dos defensores da democracia, não tinha sentido, nem coerência, o país viver sob regime ditatorial. A luta pela redemocratização do país mobiliza, então, amplos setores da sociedade, trabalhadores, intelectuais, estudantes.

Em abril de 1945, Getúlio Vargas cede às pressões, decreta anistia aos presos políticos e anuncia as eleições parlamentares para 2 de dezembro de 1945, para elaboração de uma nova Constituição. Luís Carlos Prestes, Secretário-Geral do Partido Comunista Brasileiro, é libertado em maio, depois de quase nove anos de prisão. Também em maio, ocorrem mudanças no sistema partidário e são criados novos partidos, o Partido Social Democrático (PSD), a União Democrática Nacional (UDN), o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), o Partido Democrata Cristão (PDC), entre outros. O Partido Comunista Brasileiro (PCB) é legalizado e rapidamente se torna um partido de massa, beneficiado pela onda de crescimento da esquerda em nível

mundial, muito em função do papel decisivo desempenhado pela União Soviética na derrota ao nazi-fascismo e também pela atuação permanente e incansável dos militantes comunistas que souberam capitalizar a luta pela redemocratização com pela legalização do PCB. Pela primeira vez no Brasil, desde o advento da República, os partidos adquirem uma conformação e uma abrangência nacional. Getúlio é deposto por uma junta militar em 19 de outubro e as eleições parlamentares e presidenciais são anunciadas para dezembro de 1945.

Eurico Gaspar Dutra, ex-ministro da Guerra de Getúlio, da coligação PSD-PTB, é eleito presidente da República com o apoio do ex-ditador. Mais uma vez, seguindo a velha tradição de conciliação do país, a transição política se dá sem maiores sobressaltos para a elite política. Os antigos políticos, na sua maioria apoiadores e beneficiários da Ditadura Estado-Novista, se disfarçam de democratas e continuam à frente das estruturas de poder.

Mas a classe trabalhadora urbana torna-se, no pós-guerra, um ator decisivo no cenário político nacional, graças à aceleração industrial e urbana do país. Depois de anos de

repressão política e arrocho salarial determinado pelo “esforço de guerra”, os trabalhadores assumem um protagonismo social e político que só será interrompido, pela força da repressão, com a ditadura militar.

As greves de massa que começam a fazer parte da paisagem das lutas sociais do país no pós-guerra se tornaram cada vez mais freqüentes ao longo dos anos 50 e 60. O presidente Dutra, ao tomar posse em fevereiro de 1946, já no seu primeiro dia de mandato teve que lidar com a greve nacional dos bancários, que recebeu a adesão de trabalhadores de várias categorias. Essa greve correspondeu, em termos políticos, à greve dos metalúrgicos de São Bernardo e Diadema em 1980, pois teve um efeito aglutinador sobre a classe trabalhadora, cujas demandas foram represadas ao longo de toda a ditadura Vargas.

Os pelegos, que estavam alojados nos sindicatos como interventores, sob o manto protetor da ditadura varguista, vão perdendo cada vez mais espaço para os militantes de esquerda, especialmente os comunistas. O PCB rapidamente assume a hegemonia política sobre o movimento operário. Apesar de uma postura vacilante em relação às greves e às manifestações de protestos de cunho mais radical, os comunistas, pressionados por suas bases, vão assumindo a direção das greves e das organizações operárias. A resposta do governo Dutra às mobilizações operárias e ao crescimento do PCB não tardou a chegar. Em maio de 1947, o governo, com forte apoio do empresariado e dos partidos conservadores, decreta intervenção em mais de 100 sindicatos e coloca o Partido Comunista Brasileiro na ilegalidade. Mais uma vez, a elite brasileira demonstra sua intolerância em lidar com a capacidade de mobilização e organização das classes populares na democracia.

Depois de exauridas todas as

possibilidades de reverter a decisão das autoridades, o PCB parte para uma linha de confrontação com o governo Dutra, desta feita, chamado de Governo de Traição Nacional pelos comunistas. No plano sindical, a direção do PCB irá orientar suas bases no sentido de criarem sindicatos paralelos, como forma de combater a estrutura oficial e derrotar os pelegos. Foi o chamado período do Sindicalismo Vermelho e das greves de gancho ou greves de apito.

Com o segundo governo de Vargas, em 1950, os sindicatos voltam a ter maior participação dos militantes de esquerda e de setores do trabalhismo ligados aos líderes mais progressistas do PTB, como Jango Goulart e Leonel Brizola. As greves de massa se reiniciam por todo o Brasil nos anos 50, e uma das mais conhecidas foi a Greve dos 300 mil, ocorrida entres os meses de março e abril de 1953. Essa greve foi comandada pelos sindicatos dos Têxteis, Metalúrgicos, Marceneiros, Gráficos e Vidreiros de São Paulo, e rapidamente se alastrou pelo ABC e pelos municípios vizinhos da capital. As principais reivindicações dos grevistas eram: aumento salarial de 60%, estabilidade no emprego e exigência de medidas do governo para controle dos preços dos gêneros de primeira necessidade. Já nos seus primeiros dias, a greve recebeu a adesão de inúmeras categorias, além disso, a paralisação contou com a simpatia de parte da população paulistana, incluindo muitos comerciantes, que colocavam cartazes de apoio à greve nos seus respectivos estabelecimentos. Outro aspecto pouco comum dessa greve foi a solidariedade e o apoio de vereadores e deputados, que denunciaram a violência policial e forneceram ajuda material e política ao movimento. A greve foi marcada por forte presença das mulheres no cotidiano da luta. Elas estavam presentes nas comissões de fábrica, nas manifestações, nas assembléias,

inclusive nos grandes piquetes que reuniam centenas de trabalhadores.

O saldo da greve foi extremamente positivo do ponto de vista político e organizativo. Essa greve marcou um ponto de virada na retomada das lutas operárias e sindicais, que, a partir desse marco, inaugura um processo de ascensão das lutas que prosseguirá até 1964. Do ponto de vista organizativo, foram as comissões de fábrica que deram a tônica ao movimento, e a partir de então estarão presentes nas categorias mais atuantes do sindicalismo do período. Foi criado também o Pacto de Unidade Intersindical (PUI), entidade que será responsável por várias mobilizações nos períodos seguintes.

Entre os dias 15 e 25 de outubro de 1957, ocorre outra greve de grandes proporções, que ocupa as manchetes dos jornais. A greve dos 400 mil, como passou a ser chamada, mostrou com contornos mais definidos os sinais de um novo tempo. Um tempo em que o sindicalismo passa a desempenhar um papel cada vez mais atuante na conjuntura política nacional, evidenciando a expansão de sua capacidade de pressão sobre o patronato e sobre a classe política.

Os primeiros anos da década de 1960 foram marcados por uma efervescência extraordinária do movimento sindical, que conquistou a cena política de forma definitiva. Esse dinamismo se mostrou vigoroso sob diversos aspectos. Primeiro, pela difusão de organizações intersindicais de caráter horizontal, proibidas oficialmente, tais como: Comissão Permanente das Organizações Sindicais (CPOS), que articulava sindicatos do antigo Distrito Federal; o Pacto de Unidade e Ação (PUA), que reunia trabalhadores do setor de transporte, como ferroviários e portuários; o Fórum Sindical de Debates (FSD), que reunia os sindicatos da cidade de Santos; o Pacto de Ação Conjunta (PAC); e, finalmente, o Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), que

se tornou a maior expressão das intersindicais do período e centro dinamizador das mobilizações sindicais desde a sua criação.

Também no campo, os anos 60 foram de intensas mobilizações e conflitos com os latifundiários. Na década anterior, começa a ocorrer uma intensa modificação na estrutura econômica e social do campo, com a mecanização da agricultura, por meio da difusão do uso do trator e da expansão das rodovias, que, num contexto de industrialização e urbanização acelerada, gerou demandas para abastecimento das grandes cidades, valorizando os produtos agrícolas. Esse processo acarretou a expulsão de milhões de camponeses, pequenos proprietários, arrendatários, meeiros, foreiros, etc. Em Pernambuco, por exemplo, o rompimento dessas relações, com a negação da concessão de terras para o plantio (sítio) ou por um aumento considerado abusivo do foro, gerou o primeiro conflito que chegou a conhecimento público no engenho Galiléia, em Vitória de Santo Antão. A resistência desses trabalhadores, que pouco tempo depois teve como importante aliado o advogado Francisco Julião, recém-eleito deputado estadual em Pernambuco, deu origem às ligas camponesas, uma das mais importantes organizações de camponeses que lutavam pela reforma agrária nos anos 50 e 60.

As lutas por salários e direitos também mobilizou os assalariados do campo nos anos 50 e 60. As principais reivindicações dos trabalhadores eram: carteira profissional, jornada de oito horas, pagamento de horas extras, férias remuneradas, salário mínimo, pagamento em dinheiro e não em gêneros, descanso semanal remunerado, direito a sindicalização. Como se pode notar, a CLT não era extensiva aos trabalhadores do campo, assim como não tinham o direito de se organizarem em sindicatos. O direito à sindicali-

zação só será conquistado em 1962, no governo de João Goulart.

A riqueza desse período, interrompido brutalmente pelo golpe militar, foi extraordinário. É nessa conjuntura que se desenvolveram as primeiras experiências mais abrangentes de organização dos trabalhadores do campo e em que, através de um complexo processo político, suas reivindicações imediatas se articulam com as demandas amplas que colocavam em questão determinadas formas de exercício do poder, das quais o latifúndio era o maior símbolo. (MEDEIROS, 1989, P.79)

Esse período foi marcado pela ofensiva dos setores de esquerda (especialmente os comunistas) e nacionalistas para dentro da estrutura sindical oficial, o que resultou na conquista, por parte desses setores, das quatro confederações de trabalhadores, dentre as seis existentes até então: Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria (CNTI); Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Crédito (CONTEC); Confederação Nacional dos Trabalhadores Marítimos, Fluviais e Aeronáuticos (CNTMFA); e Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag).

Dessa forma, o movimento sindical estava amplamente dominado por setores de esquerda e nacionalistas, tanto dentro como fora do campo da legalidade instituída. Comunistas e nacionalistas serão os principais entusiastas e mobilizadores da sociedade em torno das reformas de base.

As greves de massa serão frequentemente acionadas nas reivindicações econômicas, mas serão as greves políticas que terão mais repercussão nacional, numa conjuntura de extrema polarização política entre esquerda e direita, como ocorreu no Brasil nos primeiros anos da década de 60. Em agosto de 1961, o movimento sindical progressista e de

esquerda se engaja na luta pela legalidade, pois logo após a renúncia de Jânio Quadros, em 1961, os militares se recusaram a dar posse a João Goulart, o vice-presidente, que estava em visita oficial a China. A campanha pela posse de Jango ficou conhecida como campanha pela legalidade e se espalhou por todo o Brasil. O movimento sindical, liderado por comunistas e nacionalistas jogou um peso fundamental. Essa pressão social conduziu para uma saída negociada para a crise política, que culminou na adoção do parlamentarismo, com Tancredo Neves assumindo o cargo de primeiro ministro e João Goulart tomando posse como presidente da República.

O período compreendido entre 1961 e 1963 foi marcado por um crescente conflito dos interesses de classe, à medida que a crise econômica provocava maior polarização política. Devido a isso, as greves de massa eram geralmente convocadas em apoio ao governo de Goulart, em troca de decretos que aumentavam o salário mínimo e do acesso às esferas de tomada de decisão do governo. Nesse sentido, o modelo de atividade grevista sugere que as greves de massa não eram simples instrumentos da luta pelo poder, mas também um meio de se obter benefícios econômicos para os trabalhadores.

A greve dos 700 mil, ocorrida em setembro de 1963, quando a temperatura política do país já estava bastante alta, parece corroborar as afirmações acima. Articulando 79 sindicatos e quatro federações, o Pacto de Ação Conjunta (PAC) pretendia avançar nas campanhas salariais e também ser reconhecido como interlocutor da FIESP. Apesar de toda a ofensiva repressiva e desmobilizadora dos patrões, os grevistas só concordaram em retornar ao trabalho quando a Comissão de Greve negociou um acordo válido para os 700 mil trabalhadores, independentemente dos acordos em separado.

A conjuntura dos primeiros anos da década de 1960, que combinou lutas sindicais tanto “por dentro” como “por fora” da estrutura sindical, se caracterizou com um dos momentos mais vibrantes da história do sindicalismo e da política brasileira, momento esse em que a sociedade se polarizou em torno de dois projetos. O desfecho conservador desse embate social, consolidado com o golpe civil-militar de 1964, impediu que os trabalhadores e os setores democráticos e progressistas da sociedade tivessem seu esforço recompensado

politicamente. A derrota de 1964, porém, não deve nos induzir a conclusões precipitadas, no sentido de minimizar ou subestimar o esforço empreendido pelos trabalhadores e suas organizações, e, muito menos, nos impedir de reconhecer que a agenda de lutas e de reivindicações desses trabalhadores continua ainda muito atual, embora já tenham transcorrido mais de quarenta anos daquela conjuntura política. Talvez essa constatação nos dê a devida dimensão do quão trágico foi para a sociedade brasileira o desfecho daquelas lutas.

PARA SABER MAIS

COSTA, Hélio da. *Em busca da memória – comissões de fábrica, partidos e sindicatos no pós-guerra*. São Paulo: Scritta, 1995.

DELGADO, Lucília e FERREIRA, Jorge. *O Brasil republicano. O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*. vol. 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

DELGADO, Lucília. *O Comando Geral dos Trabalhadores*. Rio de Janeiro: Vozes, 1986.

FORTES, Alexandre et al (org). *Na luta por direitos*. Campinas: Editora da Unicamp, 1999.

GIANOTTI, Vito. *Op. cit.*

MEDEIROS, Leonilde S. de. *História dos movimentos sociais no campo*. Rio de Janeiro: Fase, 1989.

SILVA, Fernando Teixeira da Silva. *A carga e a culpa*. São Paulo: Hucitec, 1995.

O SIGNIFICADO DO GOLPE CIVIL-MILITAR DE 1964

A ditadura militar instaurada no Brasil com o Golpe de 1964 foi a maior tragédia política da república brasileira, ao interromper um notável ciclo de lutas e mobilizações dos trabalhadores e da sociedade em geral, um ciclo comprometido com a construção de uma nação mais justa e mais democrática. O desfecho da crise política e econômica, como já dissemos, foi conservador e golpista. Dessa forma, com o advento da ditadura, as forças progressistas saíram derrotadas e o país perdeu a oportu-

nidade de conciliar desenvolvimento econômico, democracia e participação popular, ou seja, de manter o objetivo de construir uma sociedade de direitos e, assim, interromper nossa trajetória histórica, caracterizada por uma sociedade de privilégios. As perdas para a sociedade brasileira foram imensuráveis e suas consequências ainda se fazem sentir nos dias de hoje, pois:

O autoritarismo plutocrático fechou o espaço público, abastardou

a educação e fincou o predomínio esmagador da cultura de massa. Sua obra destrutiva não se resumiu, pois, à deformação da sociedade brasileira pela extrema desigualdade. Legou-nos, também, uma herança de miséria moral, de pobreza espiritual e de despolitização da vida social. Eis a base de uma verdadeira tragédia histórica que se enraizou nas profundezas da alma de várias gerações. (Mello e Novais, 1998, p. 636/37).

Como era de se esperar, as conseqüências do golpe militar, para o movimento sindical combativo e para os trabalhadores em geral, foram terríveis. O sindicalismo foi duramente reprimido com prisões e perseguições às lideranças sindicais, como foi o caso dos dirigentes do CGT. No primeiro ano após o golpe, ocorreram 452 intervenções em sindicatos e em várias federações e confederações de trabalhadores. A repressão atingiu tanto os sindicatos rurais como os urbanos. As greves foram proibidas com a promulgação da Lei nº 4330, de 1º de junho de 1964. A greve, para ser considerada legal, deveria ser aprovada na assembleia da categoria, convocada pelo sindicato oficial, por meio de edital publicado na imprensa com dez dias de antecedência. As decisões tinham que ser submetidas à votação secreta, cabendo a apuração dos votos a uma mesa presidida por membro do Ministério Público do Trabalho ou por pessoa designada pelo Procurador-Geral do Trabalho ou pelos procuradores regionais. A cumplicidade e a troca de favores entre empresários e a repressão policial foi outro grande obstáculo a ser transposto pela a militância que resistia nos locais de trabalho. Também no campo a colaboração entre latifundiários e repressão ocasionou perseguição e assassinato de várias lideranças dos sindicatos rurais e das ligas camponesas.

A classe trabalhadora sentiu

logo os efeitos da política econômica imposta pelos militares, que estabeleceram o fim da estabilidade no emprego com a implantação do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e com adoção de uma rígida política de arrocho salarial, baseada na Lei nº 4.725, de 13 de julho de 1965, a “Lei do Arrocho”, que impunha uma única regra de reajuste para todos os setores da economia. Os reajustes eram calculados a partir da recomposição do salário médio dos últimos 24 meses, extinguindo o resíduo inflacionário e incorporando uma taxa de produtividade somente a partir de um ano de vigência da lei. Marco Antonio de Oliveira (2002: 184) observa que não foi necessária uma ampla reforma trabalhista para que a ditadura reforçasse o poder das empresas sobre os trabalhadores:

Bloqueada a atividade sindical, as empresas ficaram mais livres para estabelecer as condições de contratação, uso e remuneração da força de trabalho. Amparados pela política salarial, que reduziu o poder de compra do salário mínimo e que passou a coibir aumentos salariais, os patrões deixaram de enfrentar maiores obstáculos para rebaixar os salários. Livres também da estabilidade no emprego, eles podiam apelar mais facilmente à rotatividade de mão-de-obra para manter os salários baixos, para ajustar seus custos às oscilações da atividade econômica e para adequar o quadro perfil dos trabalhadores às necessidades das empresas.

Dessa forma, continuávamos nossa trajetória de desigualdade social, pois o modelo de desenvolvimento desenhado pelos militares e pela elite empresarial não visava o conjunto da nação. O espetacular crescimento econômico ocorrido no período do chamado Milagre Econômico (1968-1974) não gerou distribuição de riqueza capaz

de mudar o perfil social do nosso país, pelo contrário, concentrou ainda mais a riqueza.

O movimento sindical resistiu dentro dos limites colocados pela conjuntura política. Os militantes menos conhecidos e, portanto, menos expostos à repressão policial, assumiram o trabalho de organizar a resistência dos trabalhadores nos locais de trabalho e também de organizar as oposições sindicais contra os interventores sindicais. Eles também estiveram à frente de muitas greves que pipocavam, devido à conjuntura recessiva e de arrocho salarial, posta em prática logo após o golpe militar e que gerava freqüentes atrasos nos salários. Nas eleições sindicais ocorridas no ano de 1965, no cômputo geral, os interventores só foram bem nas poucas eleições indiretas para federações sindicais de base estadual, tendo problemas nas categorias em que movimentos de oposição burlaram a repressão. Entre os 32 sindicatos mais importantes, 6 pleitos ainda estavam em trâmite em 15 de dezembro de 1965. Dos 26 restantes, e 21 contendas com mais de uma chapa, a esquerda venceu 11 e a direita 10. Segundo outro cálculo, das 20 chapas apoiadas pelos interventores, apenas sete chegaram à vitória (NEGRO: 2004, p.249).

Em São Paulo, como consequência desse processo de mobilização, em 1967 foi organizado o Movimento Intersindical Antiarrocho (MIA). Em abril de 1968, no município de Contagem, Minas Gerais, eclode a greve dos metalúrgicos. Os grevistas reivindicavam 25% de aumento, e conquistaram 10%, depois de uma semana de greve realizada sob forte pressão, com ameaças do ministro do Trabalho, o coronel Jarbas Passarinho, que esteve presente no local da greve. No mês seguinte, foi a vez dos metalúrgicos do ABC paulista paralisarem suas atividades em algumas montadoras, como a Ford-Willys e a Chrysler, reivindi-

cando 25% de aumento.

No mesmo ano, no dia 16 de julho, teve início a greve dos metalúrgicos de Osasco, município da grande São Paulo, que reivindicavam 35% de aumento, contrato coletivo e respeito aos direitos previstos na CLT. Na direção do movimento estava o Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco, cuja direção havia sido conquistada em 1967 pela oposição, derrotando a chapa apoiada pelos interventores. A greve foi duramente reprimida, o sindicato sofreu intervenção e, a partir de então, foi desencadeado um processo ainda mais intenso de repressão ao movimento sindical, comandada pelo ministro do Trabalho, que também havia se deslocado para Osasco, a fim de acompanhar a greve de perto.

O movimento sindical viverá o seu momento mais difícil a partir da fase mais repressiva da ditadura, marcada pelo Ato Institucional nº 5 (AI-5), em 13 de dezembro de 1968, que fechou o Congresso Nacional, cassou os mandatos dos deputados oposicionistas, instaurou a censura prévia nos meios de comunicação e suspendeu o habeas corpus. Foi o período de maior dificuldade para o movimento sindical, que se viu acuado tanto pela repressão como pelo “apoio popular” à ditadura, fruto do grande crescimento econômico no período do Milagre, iniciado naquela conjuntura.

O sindicalismo brasileiro começou a recobrar suas forças aos poucos, quando a política econômica da ditadura começa mostrar sinais de fraqueza, em meados dos anos 70. A partir de ações clandestinas e localizadas, a resistência dos trabalhadores vai ganhando impulso, até se incorporar às lutas gerais pela redemocratização do país. Mas a continuação dessa história nós estaremos contando no segundo caderno, quando formos falar das origens do novo sindicalismo e da fundação e trajetória da CUT.

PARA SABER MAIS

DELGADO, Lucília e FERREIRA, Jorge. O Brasil republicano. O tempo da ditadura. vol.4. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2003.

GIANOTTI, Vito. História das lutas dos trabalhadores no Brasil. Rio de Janeiro: Mauad Editora Ltda. 2007.

MELLO, João Manuel C. de. & NOVAIS, Fernando. A. "Capitalismo tardio e sociabilidade moderna". In: SCHWARCZ, Lilia M. (org.) História da vida privada. Vol 4. São Paulo: Cia. das Letras. 1998.

NEGRO, Antonio Luigi. Linhas de montagem – O industrialismo nacional desenvolvimentista e a sindicalização dos trabalhadores. São Paulo: Fapesp/Boitempo Editorial, 2004.

OLIVEIRA, Marco Antonio de. Política trabalhista e relações de trabalho no Brasil – da era Vargas ao governo FHC. Tese de Doutorado. Instituto de Economia da Unicamp, 2002.

TOLEDO, Caio Navarro de (org). 1964 – Visões críticas do golpe. Campinas: Editora da Unicamp, 2001.

REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo e MOTTA, Rodrigo P. S. O golpe e a ditadura militar – 40 anos depois (1964-2004). São Paulo: Edusc, 2004.

Lined writing area with 25 horizontal lines.

Blank lined page for text entry.

LETRAS DE MÚSICAS

LUTA DE CLASSES

SAMUEL ROSA E CHICO AMARAL

Tudo o que eu posso ver, essa neblina
cobrindo o entardecer, em cada esquina
Tudo o que eu posso ver, essa fumaça
cobrindo o entardecer, em cada vidraça

Mas eu quero te contar os fatos eu posso mostrar fatos pra você
É só ter um pouco mais de tato e fica claro pra você
Desde a antiguidade as coisas estão assim, assim
os homens não são iguais não são, não são iguais em fim

Dai é que vem a história, dai a história surgiu
escravo da babilônia trabalhador do Brasil

Tudo o que eu posso ver, essa neblina
cobrindo o entardecer, em cada esquina
Tudo o que eu posso ver, essa fumaça
cobrindo o entardecer, em cada vidraça

Mas veio o ideário da revolução burguesa
e veio o ideário, veio o sonho socialista
Veio a promessa de igualdade e liberdade

cometas cintilantes que se foram pela noite
existirão enquanto houver o maior

Dai é que vem a história, dai a história surgiu
escravo da babilônia trabalhador do Brasil

Do Egito antigo
na Grécia e Roma
na Europa feudal
do mundo colonial
no mundo industrial
na URSS stalinista
em wall street
em Cuba comunista
e no Brasil
e no Brasil ... Hein? ...

Dai que vem a História dai o homem serviu
escravo para servo trabalhador do Brasil
Dai é que vem a história, dai a história surgiu
escravo da babilônia trabalhador do Bra

LETRAS DE MÚSICAS

APESAR DE VOCÊ CHICO BUARQUE

Amanhã Vai ser outro dia
Amanhã Vai ser outro dia

Hoje você é quem manda
Falou, tá falado
Não tem discussão
Não
A minha gente hoje anda
Falando de lado
E olhando pro chão, viu
Você que inventou esse estado
E inventou de inventar
Toda a escuridão
Você que inventou o pecado
Esqueceu-se de inventar
O perdão
Apesar de você
Amanhã há de ser
Outro dia
Eu pergunto a você
Onde vai se esconder
Da enorme euforia
Como vai proibir
Quando o galo insistir
Em cantar
Água nova brotando
E a gente se amando
Sem parar

Quando chegar o momento
Esse meu sofrimento
Vou cobrar com juros, juro
Todo esse amor reprimido
Esse grito contido
Este samba no escuro
Você que inventou a tristeza
Ora, tenha a fineza
De desinventar
Você vai pagar e é dobrado
Cada lágrima rolada
Nesse meu penar
Apesar de você
Amanhã há de ser
Outro dia

Inda pago pra ver
O jardim florescer
Qual você não queria
Você vai se amargar
Vendo o dia raiar
Sem lhe pedir licença
E eu vou morrer de rir
Que esse dia há de vir
Antes do que você pensa
Apesar de você
Apesar de você
Amanhã há de ser
Outro dia
Você vai ter que ver
A manhã renascer
E esbanjar poesia
Como vai se explicar
Vendo o céu clarear
De repente, impunemente
Como vai abafar
Nosso coro a cantar
Na sua frente
Apesar de você

Apesar de você
Amanhã há de ser
Outro dia
Você vai se dar mal
Etecetera e tal la lai a

Apesar de você
Apesar de você
Amanhã há de ser
Outro dia...

LETRAS DE MÚSICAS

LETRAS DE MÚSICAS

O MESTRE-SALA DOS MARES JOÃO BOSCO

Há muito tempo
Nas águas da Guanabara
O dragão do mar reapareceu
Na figura de um bravo feiticeiro
A quem a história não esqueceu
Conhecido como o navegante negro
Tinha dignidade de um mestre-sala
E ao acenar pelo mar, na alegria das regatas
Foi saudado no porto
Pelas mocinhas francesas
Jovens polacas e por batalhões de mulatas
Rubras cascatas
Jorravam das costas dos santos
Entre cantos e chibatadas
Inundando o coração
Do pessoal do porão
Que a exemplo do feiticeiro
Gritava então
Glória aos piratas
Às mulatas
Às sereias
Glória à farofa
À cachaça
Às baleias
Glória à todas as lutas inglórias
Que através da nossa história
Não esquecemos jamais
Salve o navegante negro
Que tem por monumento
As pedras pisadas do cais

FILMOGRAFIA

AGOSTO

Direção de Paulo José; Denise Sarraceni e José Henrique Fonseca. Policial, 1993, 310 min. Globo Vídeo. Com José Mayer, Vera Fischer, Letícia Sabatella, Tony Tornado, José Wilker, Lucia Veríssimo, Paulo Gracindo, Marcos Winter, Cláudio Correa e Castro, Carlos Vereza.

Os acontecimentos de agosto de 1954 tornam-se pano de fundo para um romance policial. Um comissário de polícia tenta desvendar o mistério em torno do assassinato de um rico empresário. Em meio às investigações, ocorre o atentado a Carlos Lacerda. A partir daí, até o suicídio de Vargas, a trama envolve interesses de políticos, banqueiros do jogo do bicho, triangulações amorosas, policiais corruptos, entre outras situações. Agosto trabalha no limite entre a História e a ficção de maneira instigante. Baseado na obra de Rubem Fonseca.

ÁGUIA NA CABEÇA

Direção de Paulo Thiago. Drama, 1985, 105 min, Mac Vídeo. Com Nuno Leal Maia, Christiane Torloni, Zezé Motta, Jece Valadão, Xuxa Lopes, Tereza Rachel, Chico Diaz, Hugo Carvana, Djenane Machado, Maria Sílvia, Maurício do Valle, Jofre Soares, Nildo Parente, Wilson Grey.

O filme apresenta o poder do jogo do bicho no Rio de Janeiro, denunciando suas influências no carnaval e na política. Homem de confiança de um senador comprometido com o jogo toma seu lugar, depois de mata-lo, desestruturando, assim, as redes de poder do submundo do crime. A existência de uma testemunha acirra ainda mais a crise.

ANOS DOURADOS

Direção de Roberto Talma. Romance, 1986, 275 min. Globo Vídeo. Com Felipe Camargo, Malu Mader, Betty Faria, Milton Moraes, Yara Amaral, José Lewgoy, Taumaturgo Ferreira, Nívea Maria, José Abreu, Isabela Garcia, Paula Lavigne.

O pano de fundo de Anos dourados é o período de euforia desenvolvimentista do governo JK marcado pelo florescimento de indústrias, pelo surgimento da bossa nova e pela vitória do Brasil na Copa Mundial de Futebol de 1958. Tendo como cenário o conservador bairro carioca da Tijuca, o seriado também retrata o romance de um jovem estudante da escola militar que se apaixona por uma normalista. No entanto, ele é filho de mãe desquitada e a família da moça, de classe média, não aprova o romance. A hipocrisia da sociedade carioca da época se mostra intolerante com a situação.

ANOS JK – UMA TRAJETÓRIA POLÍTICA, Os

Direção de Sílvio Tendler. Documentário, 1980, 110 min. Caliban.

Documentário sobre a história do Brasil contemporâneo através da trajetória política de Juscelino Kubitscheck. O projeto desenvolvimentista, a construção de Brasília e as humilhações que sofreu com a ditadura militar são alguns temas do excelente documentário de Tendler.

CABRA MARCADO PARA MORRER

Direção de Eduardo Coutinho. Documentário, 1984, 119 min., Globo Vídeo.

O filme reconstrói a história da criação do sindicato rural e a luta campo-

FILMOGRAFIA

nesa de Sapé, na Paraíba, a partir do assassinato de seu presidente, João Pedro Teixeira, em 1964. Através dos relatos de sua viúva, Elizabeth Teixeira, e com um elenco formado por camponeses, Eduardo Coutinho empreende seu projeto de denunciar o patriarcalismo e a repressão como formas de dominação social dos trabalhadores. O documentário é interrompido com o golpe militar, e retomado apenas 17 anos depois.

CANUDOS

Direção de Ipojuca Pontes. Documentário, 1978, 70 min. CIC. Narração de Walmor Chagas.

História de Canudos e de Antônio Conselheiro, contém depoimentos de pessoas que participaram do movimento. O filme representou o Brasil nos festivais de Cannes, na França, e San Sebastian, na Espanha.

CONTERRÂNEOS VELHOS DE GUERRA

Direção de Vladimir Carvalho. Documentário, 1994, 113 min. Sagres/Rio Filmes.

Imagens e relatos dos operários que, de várias partes do país, foram para o Planalto Central ajudar a construir Brasília. Sonhos, esperanças, mas também humilhações e abandono social surgem nos relatos, ainda que eles sintam orgulho de terem construído a capital e serem seus primeiros habitantes.

DE VENTO EM POPA

Direção de Carlos Manga, Comédia, 1957, 105 min, Globo Vídeo. Com Oscarito, Cyl Farney, Sonia Mamede, Margot Louro, Doris Monteiro, Zezé Macedo, Eloína.

Em um transatlântico, Sérgio volta dos Estados Unidos depois de anos de estudo. Seu pai pensa que ele cursou energia nuclear, mas na verdade ele aprendeu música. Para convencer o pai a montar uma boate, ele se associa a Chico e Mara, uma dupla sertaneja, apresentados ao pai como se fossem um professor de energia nuclear e sua assistente. A partir daí, as confusões acontecem. Um dos melhores filmes brasileiros da época, em que humor e romantismo exploram as contradições entre cultura popular e cultura das elites.

DEUS E O DIABO NA TERRA DO SOL

Direção de Glauber Rocha, Brasil, 1964, 125 min, Versátil Home Vídeo. Com Othon Bastos, Mauricio do Valle, Geraldo Del Rey e Yoná Magalhães. Obra-prima de Glauber Rocha que se tornou um dos marcos do Cinema Novo Brasileiro. O Sertanejo Manoel e sua mulher Rosa levam uma vida sofrida no interior do país, uma terra desolada e marcada pela seca. No entanto, Manoel tem um plano: usar o lucro obtido na partilha do gado com o coronel para comprar um pedaço de terra. Quando leva o gado para a cidade, alguns animais morrem no percurso. Chegado o momento da partilha, o coronel diz que não vai dar nada ao sertanejo, porque o gado que morreu era dele, ao passo que o que chegou vivo era seu. Manoel se irrita, mata o coronel e foge para casa. Ele e sua esposa resolvem ir embora, deixando tudo para trás. Depois de matar o patrão, o vaqueiro Manuel e sua mulher Rosa vagam pelo sertão, encontrando um deus negro, um diabo loiro e o temível Antônio das Mortes.

FILMOGRAFIA

FUZIS, Os

Direção de Ruy Guerra. Drama, 1964, 81 min, Sagres. Com Átila Iório, Nelson Xavier, Paulo César Pereio, Hugo Carvana, Maria Gladys, Leonildes Bayer, Rui Polonah, Maurício Loyola, Joel Barcelos, Ivan Cândico e voz de Antônio Sampaio.

Durante seca na Bahia, em 1963, um grupo de soldados é enviado a uma pequena cidade do interior para impedir que a população faminta invada e saqueie o armazém local. Partindo desse argumento, o filme mostra o desespero diante da fome e as manifestações de religiosidade populares, como o aparecimento de um boi que faz milagres e o anúncio do apocalipse. Ao mesmo tempo, surge uma trama conflituosa entre os soldados.

GAIJIN – Os CAMINHOS DA LIBERDADE

Direção de Tuzuka Yamasaki. Drama, 1980, 112 min. Nacional Vídeo. Com Kyoko Tusukamoto, Antônio Fagundes, Jiro Kawasari, Gianfrancesco Guarnieri, Álvaro Freyre, José Dumont, Louise Cardoso.

O filme retrata a saga de uma família japonesa ao emigrar para o Brasil, em 1908, sobretudo as dificuldades de adaptação a um novo país e promessas não cumpridas. Logo os imigrantes se deparam com trabalho excessivo e péssimas condições de moradia. Os que tinham vindo do Japão na esperança de ganhar dinheiro encontraram-se impossibilitados de retornar ao seu país, tamanhas as dívidas que adquirem na fazenda. As revoltas não tardam a acontecer e as conseqüências se estendem pelas gerações vindouras.

GETÚLIO VARGAS

Direção de Ana Carolina. Documentário, 1974, 76 min, Globo Vídeo. Narração de Paulo César Pereio.

O filme reconstitui a trajetória política de Getúlio Vargas desde a Revolução de 1930 até o suicídio em agosto de 1954. Diversos momentos de sua carreira e da História do país são revividos, como o Estado Novo, o surgimento da CSN, a entrada do Brasil na II Guerra e a criação da Petrobrás. A grande popularidade de Vargas junto aos trabalhadores, bem como a intensa oposição do empresariado e dos políticos conservadores que discordavam da sua política nacionalista, tanto na imprensa quanto no Legislativo, também são resgatados pelo filme.

GUERRA DE CANUDOS

Direção de Sérgio Resende. Épico, 1997, 170 min. Columbia Tristar. Com Cláudia Abreu, Paulo Betti, Marieta Severo, Selton Mello, José Wilker, Roberto Bomtempo, José de Abreu.

O filme reconstitui os trágicos acontecimentos ocorridos no arraial de Canudos em fins do século XIX e narra o drama de uma família dividida pela decisão do pai de seguir Antônio Conselheiro.

GUERRA DOS PELADOS, A

Direção de Sylvio Back. Drama, 1970, 98 min. CIC Vídeo. Com Átila Iório, Jofre Soares, Stênio Garcia, Dorothee-Marie Bouvier, Emanuel Cavalcanti, Maurício Távora, Otávio Augusto, Zózimo Bulbul, George Karan, Lala Schneider.

Em Taquaraçu, interior de Santa Catarina, explode um sangrento confli-

FILMOGRAFIA

to em 1913, que, depois, se alastra pelo Paraná. Conhecido como a Guerra do Contestado, o movimento surge quando uma companhia ferroviária estrangeira recebe uma concessão para explorar as riquezas da região. O filme de Sylvio Back recupera as lutas das populações rurais por seus direitos, o movimento messiânico que se forma, bem como os massacres perpetrados pelas forças da ordem contra os posseiros.

HOMEM DO SPUTNIK, O

Direção de Carlos Manga. Comédia, 1959, 98 min, Sagres/Rio Filme. Com Oscarito, Cyl Farney, Zezé Macedo, Neide Aparecida, Norma Bengell, Heloisa Helena, Jô Soares.

Um satélite artificial, semelhante ao famoso Sputnik, cai no galinheiro de um caipira que tem a sua vida transformada. Agentes norte-americanos, soviéticos e franceses tentam capturar o objeto. Um clássico da chanchada, o filme crítica o clima da Guerra Fria, a frivolidade das classes dominantes, o consumismo e a lentidão das repartições públicas. Preto-e-branco.

HOMEM QUE VIROU SUÇO, O

Direção de João Batista de Andrade. Drama, 1981, 97 min., Vídeo Cassete do Brasil. Com José Dumont, Célia Maracajá.

Deraldo, um cantor de cordel nordestino recém-chegado a São Paulo, é confundido com operário que matou o patrão, embora tenha recebido o título de operário-símbolo. O filme, de maneira inteligente, discute a questão da identidade dos migrantes nordestinos na cidade grande. Medalha de ouro no Festival de Moscou.

JANGO

Direção de Sílvio Tendler. Documentário, 1984, 110 min, Caliban. Narração de José Wilker.

O documentário trata da vida do ex-presidente da República João Goulart, deposto pelo golpe civil-militar de 1964, desde o início de sua vida pública como ministro do Trabalho, no segundo governo Vargas, até a sua morte no exílio em 1976. Tendler utiliza imagens de época, bem como entrevistas com amigos, colaboradores e adversários de Jango.

KUARUP

Direção de Ruy Guerra. Drama, 1989, 112 min., Warner. Com Taumaturgo Ferreira, Fernanda Torres, Cláudia Raia, Cláudio Mamberti, Cláudia Ohana, Maitê Proença, Lucélia Santos, Maurício Mattar, Ewerton de Castro, Dionísio de Azevedo, Roberto Bonfim.

Padre Nando é designado para atuar no Xingu. Atormentado por desejos sexuais e preocupado com a situação política no país, sobretudo com o avanço da repressão pela ditadura militar, ele fica impressionado com o Kuarup, cerimônia que ritualiza a criação do homem. Assim, da batina ele passa para a luta armada. Baseado no romance de Antonio Callado.

LAMPIÃO, REI DO CANGAÇO

Direção de Carlos Coimbra. Aventura, 1962, 110 min. F. J. Lucas/Concorde

FILMOGRAFIA

– cópia recuperada para a Coleção do Cinema Brasileiro da revista Isto É. Com Leonardo Villar, Glória Menezes, Dionísio Azevedo, Geraldo Del Rey.

História de Virgulino, o Lampião, que comandou um grupo de cangaceiros no Nordeste brasileiro. A vida difícil dos sertanejos, vítimas das arbitrariedades dos poderosos latifundiários, incita os pobres a praticarem “a justiça pelas próprias mãos”, surgindo, assim, o cangaço. O filme é uma crítica às injustiças sociais.

MACUNAÍMA

Direção de Joaquim Pedro Andrade. Comédia, 1969, 110 min., Globo Vídeo. Com Grande Otelo, Dina Sfat, Paulo José, Milton Gonçalves, Jardel Filho e Rodolfo Arena.

Nasce um negro na selva brasileira: Macunaíma. Vive na fome e experimenta as mais incríveis aventuras pela mata. De negro vira branco. Com seus irmãos, vai para a cidade, dando o maior exemplo do herói sem caráter, o malandro que se envolve com os mais diversos tipos sociais. Cansado da cidade, volta para a selva para novamente ser abandonado na fome. Baseado na obra clássica de Mário de Andrade, o filme é uma alegoria do povo brasileiro.

MORTE E VIDA SEVERINA

Direção de Zelito Viana. Drama, 1977, 85 min., Transvídeo. Com Jofre Soares, Stênio Garcia, José Dumont, Tânia Alves, Elba Ramalho, Luiz Medonça.

Com roteiro baseado nos poemas “O Rio” e “Vida Severina”, de João Cabral de Melo Neto, musicados por Chico Buarque, o filme narra a trajetória de um retirante nordestino tentando escapar da seca que assola o sertão. Atravessando a região do Agreste, seu objetivo é chegar à capital, Recife. A alegoria do retirante Severino retrata as precárias condições de vida e de trabalho na região, bem como a jornada dos nordestinos que, saindo do sertão, procuram as capitais na esperança de uma vida melhor.

PAGADOR DE PROMESSAS, O

Direção de Anselmo Duarte. Drama, 1962, 95 min, Globo Vídeo. Com Leonardo Villar, Glória Menezes, Dionísio Azevedo, Geraldo Del Rey, Norma Bengel, Orthon Bastos.

História de Zé do Burro, homem simples que cumpre uma promessa: carregar uma enorme e pesada cruz até o altar da Igreja de Santa Bárbara. O conflito surge quando ele revela que todo aquele sacrifício foi feito pela cura de um burro. Para cumprir a promessa, ele enfrenta a prepotência da polícia e do padre. Baseado na peça de Dias Gomes.

POVO BRASILEIRO, O

Série de dez programas produzida pela TV Cultura, GNT e a Fundar, a partir da obra de Darcy Ribeiro. Antropólogo, etnólogo e político, Darcy Ribeiro com sua habitual capacidade de comunicação aliando carisma pessoal e erudição acadêmica responde à questão “quem são os brasileiros?”, investigando a formação do nosso povo, sua origem mestiça e a singularidade do sincretismo cultural que dela resultou. A série conta com a participação de Chico Buarque, Tom Zé, Antônio Cândido, Aziz Ab’Saber, Paulo Vanzolini, Gilberto Gil, Hermano Vianna, entre outras personalidades.

FILMOGRAFIA

FILMOGRAFIA

QUANTO VALE OU É POR QUILO?

Direção Sérgio Bianchi, Drama, Brasil, 2005, 104 min, Agravo Produções e Rio Filme. Com Lázaro Ramos, Herson Capri, Caio Blat, Myriam Pires, Caco Ciocler, Leona Cavalli, Zezé Motta e Joana Fomm, Antonio Abujamra, entre outros. Uma analogia entre o antigo comércio de escravos e a atual exploração da miséria pelo marketing social, que forma uma solidariedade de fachada. No século XVII um capitão-do-mato captura um escrava fugitiva, que está grávida. Após entregá-la ao seu dono e receber sua recompensa, a escrava aborta o filho que espera. Nos dias atuais uma ONG implanta o projeto Informática na Periferia em uma comunidade carente. Arminda, que trabalha no projeto, descobre que os computadores comprados foram superfaturados e, por causa disto, precisa agora ser eliminada. Candinho, um jovem desempregado cuja esposa está grávida, torna-se matador de aluguel para conseguir dinheiro para sobreviver. O filme traz à tona a permanência na atualidade de nosso passado escravista, deixando clara a impossibilidade de olhar o presente sem levar esse passado em conta, assim como as persistentes desigualdades econômicas, sociais e de direitos no país. O filme mostra o elo imprescindível com a História para uma visão crítica da atualidade.

Revolução de 30

Direção de Sylvio Back. Documentário, 1980, 118 min. Embrafilme.

A partir de uma série de documentários de época, filmes de ficção, fotografias, registros sonoros e depoimentos de historiadores, o filme reconstitui a Revolução de 1930.

VELHO – A HISTÓRIA DE LUÍS CARLOS PRESTES, O

Direção de Toni Venturi. Documentário, 1997, 105 min. Funarte/Rio Filmes.

Conjugando entrevistas com cenas de época, o documentário relata a vida de Luís Carlos Prestes desde sua infância; o envolvimento nas revoltas dos anos 20; sua liderança no movimento tenentista; a marcha que recebeu seu nome, “Coluna Prestes”; a insurreição de 1935; as prisões e exílios. Ao longo do filme surge o próprio Prestes relatando e interpretando os acontecimentos.

TERRA EM TRANSE

Direção de Glauber Rocha, Brasil, 1967, 115 min, Versátil Home Vídeo. Com Jardel Filho, Paulo Autran, Glaube Rocha, José Lewgoy e Paulo Gracindo. Terra em Transe é um espetáculo poético, sobre o transe político pelo qual passam os países da América Latina. Considerado o mais importante e polêmico filme de Glauber Rocha e um dos precursores do Cinema Novo e do movimento tropicalista, Terra em Transe tornou-se um clássico do cinema moderno.

Fonte de consulta: O Brasil republicano. Ferreira, Jorge e Delgado Lucilia de Almeida N.(orgs). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. volumes 1,3 e 4.

ESCOLA SINDICAL
SÃO PAULO

